

# **PetroRecôncavo S.A.**

Demonstrações Financeiras Individuais  
e Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2021 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
PetroRecôncavo S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PetroRecôncavo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## *Reconhecimento de receita*

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas derivam principalmente da prestação de serviços na produção de petróleo e de gás natural e da venda de petróleo e de gás natural. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas reconheceram receita líquida consolidada de R\$1.041 milhões.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita com prestação de serviços ou venda de produtos sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como um principal assunto de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita e revisão; (iv) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (v) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos uma deficiência no controle de conferência dos lançamentos relacionados ao reconhecimento de receita, a qual foi remediada pela Companhia dentro do exercício, que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Ênfases**

### *Concentração das receitas em um único cliente*

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 22.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais mencionam que, em decorrência das características das operações da Companhia e de suas controladas, elas concentram suas receitas em um único cliente - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem levar em consideração essas circunstâncias.

### *Reapresentação de informações financeiras comparativas*

Em 21 de março de 2022, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas, para ajustar a divulgação do prejuízo básico e diluído por ação do período comparativo, conforme descrito na nota explicativa nº 2.8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 31 de maio de 2022

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

PETRORECÔNCAVO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	172.288	11.663	217.159	30.861	Fornecedores	9	58.200	49.022	98.708	80.089
Aplicações financeiras	4	531.863	9.993	585.655	66.414	Salários e encargos sociais		22.526	12.002	30.563	16.065
Contas a receber de clientes	5	34.398	52.578	169.847	108.733	Tributos a recolher		5.671	14.083	66.995	22.762
Estoques		5.709	127	6.552	1.211	Empréstimos e financiamentos	10	1.211	1.355	281.762	212.931
Dividendos a receber	7	4.015	304	-	-	Valores a pagar de arrendamentos		7.063	5.995	10.486	15.241
Impostos a recuperar	6	20.221	13.457	41.825	22.433	Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	231.125	-
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	-	80.506	Dividendos a pagar	16	40.566	2	40.566	2
Outros ativos		12.906	11.161	11.769	12.826	Valores a pagar por aquisições	12	27.903	-	453.318	-
Total dos ativos circulantes		<u>781.400</u>	<u>99.283</u>	<u>1.032.807</u>	<u>322.984</u>	Provisão para abandono de poços	14	-	-	419	6.301
						Outras contas a pagar		<u>2.220</u>	<u>1.168</u>	<u>30.588</u>	<u>1.170</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Total dos passivos circulantes		<u>165.360</u>	<u>83.627</u>	<u>1.244.530</u>	<u>354.561</u>
Aplicações financeiras	4	-	-	69.989	68.597						
Partes relacionadas	17	120	20.460	-	-	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	6	479	14	13.374	562	Empréstimos e financiamentos	10	300	1.379	459.529	681.109
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	-	56.576	Valores a pagar de arrendamentos		1.929	5.100	2.421	7.646
Depósitos judiciais		2.445	2.237	2.445	2.311	Instrumentos financeiros derivativos	15	-	-	233.559	17.886
Outros ativos		274	475	483	475	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	5.672	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	20.692	2.482	222.941	3.070	Valores a pagar por aquisições	12	-	-	809.731	-
Investimentos	7	740.117	560.003	-	-	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13	3.443	4.965	3.443	4.965
Imobilizado e Intangível	8	523.790	390.699	3.360.865	1.604.918	Provisão para abandono de poços	14	<u>35.920</u>	<u>10.914</u>	<u>84.695</u>	<u>33.810</u>
Direito de uso em arrendamento		9.448	10.528	12.489	20.680	Total dos passivos não circulantes		<u>41.592</u>	<u>22.358</u>	<u>1.599.050</u>	<u>745.416</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>1.297.365</u>	<u>986.898</u>	<u>3.682.586</u>	<u>1.757.189</u>						
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	16	1.813.936	674.941	1.813.936	674.941
						Ações em tesouraria		(2.292)	-	(2.292)	-
						Reserva de capital		35.176	31.158	35.176	31.158
						Reservas de lucros		297.202	160.945	297.202	160.945
						Ajustes de avaliação patrimonial		(306.690)	78.671	(306.690)	78.671
						Transação de capital		<u>34.481</u>	<u>34.481</u>	<u>34.481</u>	<u>34.481</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>1.871.813</u>	<u>980.196</u>	<u>1.871.813</u>	<u>980.196</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>2.078.765</u></u>	<u><u>1.086.181</u></u>	<u><u>4.715.393</u></u>	<u><u>2.080.173</u></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>2.078.765</u></u>	<u><u>1.086.181</u></u>	<u><u>4.715.393</u></u>	<u><u>2.080.173</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	19	327.415	264.291	1.040.604	787.841
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	(241.040)	(214.636)	(667.850)	(510.600)
LUCRO BRUTO		<u>86.375</u>	<u>49.655</u>	<u>372.754</u>	<u>277.241</u>
RECEITAS (DESPESAS)					
Gerais e administrativas	20	(50.136)	(37.428)	(62.844)	(47.486)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	(8.859)	6.794	(25.304)	2.065
Resultado de participações societárias	7, 20	<u>111.758</u>	<u>(78.500)</u>	-	-
Total		<u>52.763</u>	<u>(109.134)</u>	<u>(88.148)</u>	<u>(45.421)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>139.138</u>	<u>(59.479)</u>	<u>284.606</u>	<u>231.820</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	76.304	5.819	107.511	7.525
Despesas financeiras	21	<u>(8.373)</u>	<u>(16.142)</u>	<u>(158.500)</u>	<u>(356.982)</u>
		<u>67.931</u>	<u>(10.323)</u>	<u>(50.989)</u>	<u>(349.457)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS		<u>207.069</u>	<u>(69.802)</u>	<u>233.617</u>	<u>(117.637)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente		(28.429)	(15.279)	(74.173)	(15.281)
Diferido		(7.538)	4.183	(10.065)	51.159
Redução - incentivo fiscal		<u>5.797</u>	-	<u>27.520</u>	-
	11	<u>(30.170)</u>	<u>(11.096)</u>	<u>(56.718)</u>	<u>35.878</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>176.899</u>	<u>(80.898)</u>	<u>176.899</u>	<u>(81.759)</u>
Lucro (prejuízo) por ação ordinária - R\$ (reapresentado)	2.8, 16.5	0,8028	(0,4829)		
Lucro (prejuízo) diluído por ação ordinária - R\$ (reapresentado)	2.8, 16.5	0,7986	(0,4794)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	176.899	(80.899)	176.899	(81.759)
Instrumentos financeiros de proteção	-	-	(583.880)	124.336
Efeito de impostos sobre instrumentos financeiro	-	-	198.519	(42.274)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>176.899</u>	<u>(80.899)</u>	<u>(208.462)</u>	<u>303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

PETRORECÔNCAVO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido da controladora	Conciliação	Total do Patrimônio líquido consolidado	
		Capital Social	Incentivo fiscal de redução de imposto de renda	Ações e opções de compra de ações outorgadas	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para reinvestimento	"Hedge accounting" de fluxo de caixa						Transação de capital
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		669.295	18.501	12.657	23.187	36.423	169.480	(3.391)	34.481	304	-	960.937	860	961.797
Aumento de capital social		5.342	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.342	-	5.342
Adiantamento para futuro aumento de capital		304	-	-	-	-	-	-	-	(304)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial de controlada		-	-	-	-	-	-	82.062	-	-	-	82.062	-	82.062
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.899)	(80.899)	(860)	(81.759)
Recompra de ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(140)	(140)	-	(140)
Cancelamento de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.894	12.894	-	12.894
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	-	(68.145)	-	-	-	68.145	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		674.941	18.501	12.657	23.187	36.423	101.335	78.671	34.481	-	-	980.196	-	980.196
Aumento de capital social	16	1.187.375	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.187.375	-	1.187.375
Exercício de opção de compra de ações	16	1.600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.600	-	1.600
Custo para emissão de ações	16	(49.980)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.980)	-	(49.980)
Recompra de ações	16	(5.527)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.527)	-	(5.527)
Venda de ações em tesouraria	16	3.235	-	-	-	-	-	-	-	-	(78)	3.157	-	3.157
Pagamento baseado em ações	16	-	-	4.018	-	-	-	-	-	-	-	4.018	-	4.018
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	176.899	176.899	-	176.899
Constituição de reserva legal	16	-	-	-	8.845	-	-	-	-	-	(8.845)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	16	-	-	-	-	5.797	-	-	-	-	(5.797)	-	-	-
Constituição de reserva de reinvestimento	16	-	-	-	-	-	121.615	-	-	-	(121.615)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.564)	(40.564)	-	(40.564)
Outros resultados abrangentes de controlada	7	-	-	-	-	-	-	(385.361)	-	-	-	(385.361)	-	(385.361)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.811.644	18.501	16.675	32.032	42.220	222.950	(306.690)	34.481	-	-	1.871.813	-	1.871.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro		207.069	(69.803)	233.617	(117.637)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Juros e variações cambiais líquidas		(52.950)	302	80.031	305.886
Variações cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	596	(199)
Juros e variações cambiais sobre arrendamento mercantil		1.752	6.991	3.161	8.871
Depreciação e depleção do imobilizado e do intangível	8	69.768	77.015	231.930	218.548
Depreciação de direito de uso		7.441	11.280	18.270	24.037
Amortização do custo de aquisição de empréstimo	10	97	-	12.991	16.848
Vesting dos pagamentos baseados em ações		4.018	-	4.018	-
Reversão de perda estimada na recuperação de imobilizado	8	-	(1.691)	-	(1.691)
Provisão para perda em estoques		-	-	-	5.342
Equivalência patrimonial		(111.758)	78.500	-	-
Valor justo do "hedge" liquidado	19, 15	-	(43.025)	126.780	(196.994)
Provisão e reversões líquidas para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	13	-	2.188	-	2.188
Pagamento baseado em ações e opções	16	11.763	5.342	16.153	-
Atualização da provisão para abandono de poços		1.340	1.740	6.562	5.480
Reversão da provisão de abandono de poços	14	-	(1.408)	(6.994)	(1.975)
Baixa de imobilizado e arrendamentos mercantis	14	54.112	39.904	162.240	81.277
<b>Variações nos ativos:</b>					
Contas a receber de clientes		8.233	(9.375)	(71.061)	(30.123)
Estoques		(5.582)	(127)	(5.341)	(731)
Impostos a recuperar		(7.229)	173	(19.013)	(7.798)
Depósitos judiciais		(208)	(185)	(134)	(185)
Outros ativos		(1.544)	(6.472)	1.049	(11.451)
<b>Variações nos passivos:</b>					
Fornecedores		9.178	24.584	18.619	37.574
Salários e encargos sociais		462	(1.059)	46	2.226
Impostos a recolher		(27.672)	(9.101)	20.407	(7.736)
Outras contas a pagar		1.052	780	16.227	780
Pagamento de contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	12	(1.522)	-	(1.522)	-
Recebimento (pagamento) de contratos de "hedge"	15, 19	-	43.025	(126.780)	196.994
Juros pagos	10	(1.194)	(308)	(58.405)	(67.929)
Juros de arrendamento mercantil pago		(776)	(2.124)	(1.721)	(4.079)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.372)	(135)	(22.827)	(1.424)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>162.478</u>	<u>147.011</u>	<u>638.899</u>	<u>456.099</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Empréstimos para partes relacionadas		(8.810)	(13.306)	-	-
Investimentos em aplicações financeiras		(470.374)	(8.802)	(485.872)	(124.829)
Adições ao imobilizado		(195.455)	(118.848)	(832.281)	(227.555)
Dividendos recebidos	7	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	7	(16.500)	-	-	-
Aumento de capital social em controladas		(411.778)	-	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.102.917)</u>	<u>(140.956)</u>	<u>(1.318.153)</u>	<u>(352.384)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Captação de financiamento	10	60.479	-	60.479	-
Pagamentos de financiamentos	10	(59.152)	(1.522)	(283.203)	(104.585)
Exercício de opção de ações		1.600	-	1.600	-
Amortização de arrendamento mercantil - principal		(9.440)	(12.707)	(20.901)	(24.394)
Aumento de capital social	16	1.187.375	-	1.187.375	-
Custo para emissão de ações		(75.727)	-	(75.727)	-
Recompra de ações	16	(5.527)	(140)	(5.527)	(140)
Venda de ações em tesouraria		1.456	-	1.456	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>1.101.064</u>	<u>(14.369)</u>	<u>865.552</u>	<u>(129.119)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>160.625</u>	<u>(8.314)</u>	<u>186.298</u>	<u>(25.404)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	11.663	19.977	30.861	56.265
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	172.288	11.663	217.159	30.861
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>160.625</u>	<u>(8.314)</u>	<u>186.298</u>	<u>(25.404)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PETRORECÔNCAVO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Receitas:					
Serviços	19	355.435	282.314	353.937	282.314
Produtos	19	215	-	982.994	633.599
Outras		288	7.934	5.373	4.600
Total das receitas		<u>355.938</u>	<u>290.248</u>	<u>1.342.304</u>	<u>920.513</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(27.500)	(24.869)	(54.150)	(64.812)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(82.232)	(74.875)	(181.502)	(109.246)
Recuperação (Perda) de valores ativos		-	550	-	(28)
Total de insumos adquiridos de terceiros		<u>(109.732)</u>	<u>(99.194)</u>	<u>(235.652)</u>	<u>(174.086)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<u>246.206</u>	<u>191.054</u>	<u>1.106.652</u>	<u>746.427</u>
Depreciação, amortização e depleção	20	(77.209)	(88.295)	(250.200)	(242.585)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<u>168.997</u>	<u>102.759</u>	<u>856.452</u>	<u>503.842</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Valor adicionado recebido em transferência		76.304	5.819	107.511	7.525
Resultado Equivalência patrimonial	7, 20	<u>111.759</u>	<u>(78.500)</u>	-	-
Total do valor adicionado recebido em transferência		<u>188.063</u>	<u>(72.681)</u>	<u>107.511</u>	<u>7.525</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>357.060</u>	<u>30.078</u>	<u>963.963</u>	<u>511.367</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal:					
Remuneração direta		69.792	41.350	97.263	57.324
Benefícios		16.025	11.541	28.791	19.418
FGTS		2.616	1.855	4.636	3.004
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		56.157	27.872	187.242	25.185
Estaduais		209	73	168.268	65.741
Municipais		13.293	8.886	13.293	8.886
Remuneração do capital de terceiros:					
Aluguéis	20	12.289	3.258	25.091	9.721
"Royalties"	20	1.407	-	103.980	46.865
Juros		8.373	16.142	158.500	356.982
Remuneração do capital próprio:					
Dividendos mínimos propostos		40.564	-	40.564	-
Lucros (prejuízos) retidos		136.335	(80.899)	136.335	(81.759)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		<u>357.060</u>	<u>30.078</u>	<u>963.963</u>	<u>511.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## PETRORECÔNCAVO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PetroRecôncavo S.A. (“Companhia”, “PetroRecôncavo” ou “Controladora”) atua na operação e produção de campos maduros de petróleo e gás natural no Brasil. Em operação desde fevereiro de 2000, a Companhia operou até o dia 22 de dezembro de 2021 através de um “contrato de produção com cláusula de risco”, com o objetivo de realizar a reabilitação, reativação e rejuvenescimento de 12 campos de petróleo e gás maduros na Bacia do Recôncavo no Brasil.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco”, reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso, e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia. O valor da aquisição foi de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões, que, abatidos da geração de caixa do ativo desde julho de 2020 até a data de fechamento, totalizaram US\$7,6 milhões, equivalentes a R\$41,5 milhões, foram pagos no 22 de dezembro de 2021, data do fechamento da transação; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação e estão registrados no passivo circulante da Companhia (ver nota explicativa nº 12).

Com o fechamento da transação, o “contrato de produção com cláusula de risco” foi encerrado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acredita que se encontrava com liquidez satisfatória, mesmo apresentado capital circulante líquido consolidado negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$211.723 (2020, R\$31.577). A Administração julga que a Companhia não tem risco significativo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de EBITDA, considerando que essa geração de caixa é suficiente para pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e para cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

As controladas da Companhia são a Recôncavo E&P S.A. (“Recôncavo”), a Recôncavo America LLC (“Recôncavo America”), a Potiguar E&P S.A. (“Potiguar”) e a SPE Miranga S.A. (“SPE Miranga”) (em conjunto com a PetroRênconcavo denominada “Grupo”), cujos descritivos das operações estão apresentados a seguir:

#### Recôncavo

A Recôncavo E&P S.A. foi constituída em 22 de março de 2004 e é concessionária para exploração e produção dos campos Lagoa do Paulo, Lagoa do Paulo Norte, Lagoa do Paulo Sul, Acajá-Burizinho e Juriti, que foram adquiridos nas 4ª e 6ª rodadas de licitações da ANP.

### Recôncavo America

A Recôncavo America, constituída em 15 de maio de 2006, baseada no Estado de Delaware nos Estados Unidos da América, com o objetivo de adquirir equipamentos utilizados em campos de petróleo, especialmente sondas de produção e perfuração terrestres, e alugá-los no Brasil, pelo regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, denominado REPETRO. Estes equipamentos são prioritariamente para uso nas operações da Companhia e controlada, mas em períodos de utilização reduzida, estes podem ser alugados a terceiros. Em dezembro de 2020, a Recôncavo America vendeu seus ativos para a controladora Petrorecôncavo S.A. e sua controlada Potiguar pelo montante de R\$18.156. Em 2021, a controlada manteve apenas saldo em caixa e não registrou nenhuma transação. A Administração está avaliando o futuro da controlada e espera concluir essa avaliação em 2022.

### Potiguar

A Potiguar E&P S.A., com sede no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte foi constituída em 15 de junho de 2018. O Polo, situado no estado do Rio Grande do Norte, é composto por 34 concessões, das quais 30 são 100% de propriedade da Potiguar E&P e por ela operadas, duas em parceria com a Sonangol Hidrocarbonetos Brasil Ltda., que passaram a ser operadas pela Potiguar E&P a partir de junho de 2021, e duas com a Mandacaru Energia Ltda. e operadas por ela.

Em 25 de abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. A aquisição foi concluída no dia 9 de dezembro de 2019, após aprovação dos órgãos reguladores. O valor de aquisição ajustado foi de US\$351.453, tendo sido abatidos do preço de aquisição a geração de caixa do ativo e demais condições de ajuste de preço a partir de 1º de janeiro de 2019 (Data Efetiva) da transação. O contrato prevê o pagamento de uma parcela residual de aproximadamente US\$56.000 após a aprovação da renovação das concessões pela ANP. Os valores residuais a pagar foram registrados, conforme divulgado à nota explicativa nº 12.

A Potiguar realizou, no dia 28 de junho de 2021, no Rio de Janeiro, a assinatura do contrato de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, relativo ao bloco exploratório POT-T-702, arrematado no 2º Ciclo da Oferta Permanente realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O contrato de concessão compreende uma área de 17,178 km<sup>2</sup>, e um Programa Exploratório Mínimo (“PEM”) composto de 1,000 Unidades de Trabalho, correspondente a um valor de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), que possui um prazo de cinco anos para sua execução e constará de um período único. O valor do PEM foi garantido na forma do Edital por meio de Seguro Garantia emitido em favor da ANP com vigência durante o período exploratório e que será devolvida tão logo o compromisso exploratório seja cumprido. A área adquirida é adjacente a blocos já operados pela Potiguar E&P, e seu programa exploratório consistirá na perfuração de ao menos um poço com objetivo de avaliar a existência de acumulações em reservatórios similares aos existentes nas concessões vizinhas do Bloco.

### SPE Miranga

A SPE Miranga S.A., foi constituída em 12 de janeiro de 2021. Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuípe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia. A aquisição foi concluída no dia 6 de dezembro de 2021.

O valor da aquisição é de até US\$220,1 milhões, sendo: (i) US\$11,0 milhões (R\$60.548) que já foram pagos no dia da assinatura, em 24 de fevereiro de 2021; (ii) US\$44,0 milhões (R\$247.918) que foram pagos na data de fechamento da transação, 6 de dezembro de 2021; (iii) US\$20,0 milhões que serão pagos em doze meses após o fechamento da transação; (iv) US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação; (v) US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação; e (vi) até US\$85,0 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato, atrelados a diferentes faixas possíveis do preço de referência do óleo (Brent) no período entre os anos calendários de 2022, 2023 e 2024, conforme demonstrado à nota explicativa nº 12.

Em decorrência das operações da Companhia e suas controladas SPE Miranga, Recôncavo e Potiguar, até 31 de dezembro de 2021, estarem vinculadas exclusivamente à Petrobras S.A., os resultados do Grupo podem ser afetados em virtude da dependência de apenas um cliente.

#### 1.1. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID-19

O Grupo permanece operando seguindo as regras definidas pelo comitê constituído para gestão da crise de saúde. Os principais objetivos do comitê são manter a saúde dos colaboradores e contratados, manter as atividades da Companhia sem impactos à segurança operacional ou ao meio ambiente, e, ao mesmo tempo, avaliar os desdobramentos da crise no plano de negócios.

O Grupo revisou sua projeção para as receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 e não verificou a necessidade de reconhecer uma perda ao valor recuperável no ativo imobilizado, tributos diferidos e contas a receber. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a atual estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e nos fluxos de caixa operacionais projetados poderá ser revisada de acordo com novos eventos relacionados a esta pandemia.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, conforme OCPC 07.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de maio de 2022.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

## 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, tem poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras da controladora para apresentar os mesmos saldos de patrimônio líquido e resultado do exercício das demonstrações consolidadas.

### Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e o consolidado

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era arrendatária de 21 bens da controlada Recôncavo America que foram considerados dentro do escopo do IFRS 16 e, conseqüentemente registrado nas demonstrações individuais da PetroRecôncavo o ativo de direito de uso e os passivos pelos valores a pagar pelo arrendamento.

Para fins de consolidação a Companhia desfez esse reconhecimento de forma a poder eliminar os saldos consolidados entre a PetroRecôncavo (arrendatária) e a Recôncavo America (arrendadora). Desta forma, esses bens ficaram registrados no ativo imobilizado consolidado.

Essa movimentação gerou uma diferença durante o ano de 2020 entre o patrimônio líquido e o resultado do exercício da controladora e do consolidado. Em dezembro de 2020, a Recôncavo America vendeu seus ativos arrendados para a Companhia e para a sua controlada Potiguar encerrando as diferenças entre o resultado e patrimônio líquido.

#### 2.4. Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras.

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional”, para a Companhia e também para cada uma de suas controladas, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida assim como cada uma das controladas. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

#### 2.5. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

#### 2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 14).

## 2.7. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da Companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

Impacto da adoção inicial das outras normas IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício

O Grupo não adota antecipadamente normas contábeis. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. As seguintes normas foram revisadas ou propostas pelo IASB:

Norma	Descrição
IFRS 17 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

## 2.8. Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

A divulgação do prejuízo básico e diluído por ação, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi reapresentada, em conformidade com o CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro. O prejuízo básico e diluído por ação foram ajustados na demonstração do resultado do exercício e na respectiva nota explicativa nº 16.5 para refletir, de forma retroativa, o efeito do desdobramento de ações ocorrido em 1º de abril de 2021, detalhado na nota explicativa nº 16.1, à razão de 1:2, conforme estabelecido no CPC 41/IAS 33 – Lucro por ação.

A tabela a seguir demonstra o prejuízo básico e diluído por ação anteriormente apresentado e reapresentado na demonstração do resultado:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	
	Originalmente	
	<u>Apresentado</u>	<u>Reapresentado</u>
Prejuízo por ação - R\$	(0,9657)	(0,4829)
Prejuízo diluído por ação - R\$	(0,9589)	(0,4794)

A tabela a seguir demonstra o prejuízo básico e diluído por ação anteriormente apresentado e reapresentado na nota explicativa nº 16.5:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	
	Originalmente	
	<u>Apresentado</u>	<u>Reapresentado</u>
Prejuízo líquido	(80.899)	(80.899)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído por ação	<u>83.768.949</u>	<u>167.537.898</u>
Resultado básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,9657)</u>	<u>(0,4829)</u>
Média ponderada das ações e opções de ações ordinárias emitidas	84.367.746	168.735.492
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	(0,9589)	(0,4794)

Ressaltamos que a reapresentação não gerou modificação nas demonstrações financeiras consolidadas, assim como, no balanço patrimonial individual e nas demonstrações individuais do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

## 3. USO DE ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção; de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração da provisão para abandono de poços; vida útil dos bens do imobilizado; perda por “impairment”; imposto de renda e contribuição social diferidos; valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseado em ações; valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o volume das reservas totais de petróleo e gás natural. As estimativas de reservas são certificadas pelo perito independente Netherland Sewell & Associates Inc. (“NSAI”).

Em 2021 o Grupo revisou suas reservas provadas, que passaram a considerar os volumes previstos de serem produzidos além do prazo contratual de concessão. O Grupo está atualmente no processo de renovação de algumas dessas concessões de exploração de petróleo e gás natural junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) As reservas do Grupo consideram o período de extensão de até 27 anos, ou limite econômico de produção dos campos; dos dois, o menor.

A existência dos fatores a seguir indica que o Grupo está apto a renovar os direitos contratuais as concessões: (a) o histórico de renovação de concessões pela ANP (de outras concessionárias) é favorável; (b) esperamos que todas as condições necessárias para obter a renovação serão cumpridas; e (c) não há custo significativo de renovação, se comparado aos benefícios econômicos futuros que se espera fluam para a Companhia a partir dessa renovação.

A depleção é calculada pelo método de unidades produzidas que consiste, de forma simplificada, a aplicação da taxa correspondente à relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas ao custo residual de cada grupo de campos produtores de petróleo e gás natural. Essa metodologia é aplicada para as rubricas de “Direito de produção de óleo e gás” e “Investimento para incremento da produção e perfuração de poços” (ver nota explicativa nº 8), que são depletadas com base na reserva provada e, provada desenvolvida em produção, respectivamente.

c) Provisão para abandono de poços

Os gastos representativos de fechamento de poços decorrentes da finalização das atividades estão registrados a valor presente como provisão para abandono de poços. As obrigações consistem principalmente em custos associados com encerramento de atividades, desmobilização e recuperação de áreas degradadas.

As principais premissas para constituição/atualização da provisão para abandono de poço são as seguintes:

Os custos com abandono de poços e desmantelamento de áreas são registrados como parte dos custos desses ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos.

As estimativas dos custos com abandono são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações, descontadas a uma taxa de desconto livre de risco, ajustada ao risco de crédito da Companhia 2021, 12,73% a.a. (2020, 12% a.a.).

As estimativas de custos com abandono são revistas anualmente, com a consequente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

As revisões anuais da vida útil dos poços são feitas com base no relatório de reservas emitido anualmente pelos certificadores independentes de reservas da Companhia. A revisão de estimativas ocorrida no exercício decorre da revisão da vida útil e da redução do custo de abandono de cada poço.

Em 2021, com a revisão dos Relatórios de Reservas, o Grupo passou a considerar a provisão para desmobilização de todos os poços e ativos. Em 2020, essa provisão estava limitada ao prazo das concessões e poços e instalações que seriam abandonadas depois desse prazo não faziam parte da provisão. A mudança na estimativa foi prospectiva e teve como contrapartida o ativo imobilizado do Grupo.

Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança.

Com base no exposto acima, a Administração da Companhia entende que os montantes provisionados são suficientes para cobrir os custos esperados com abandono de poços.

d) "Impairment"

Anualmente, a Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados de cada unidade geradora de caixa (grupo de campos produtores de petróleo e gás natural), durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subseqüentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. As informações relacionadas ao tema estão apresentadas na nota explicativa nº 15.

f) Valor justo das ações registradas nos planos de pagamentos baseados em ações

A PetroRecôncavo concedeu a colaboradores que exercem funções estratégicas na Companhia ações diferidas e opções de compra de ações. O valor justo dos pagamentos baseados em ações é determinado e registrado na data da outorga pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido (serviço prestado), com base em estimativas do Grupo sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos ou emitidos.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

##### Caixa e equivalentes de caixa

###### *Prática contábil*

São representados por depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	2.372	289	14.176	9.045
Aplicações financeiras e CDB	169.916	11.374	202.983	21.816
Total	<u>172.288</u>	<u>11.663</u>	<u>217.159</u>	<u>30.861</u>

As aplicações referem-se a operações de renda fixa (Compromissadas de Terceiros e CDB - Certificado de Depósito Bancário), indexados de 70,00% a 102,50% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) (70% a 100% do CDI em 2020) mantidas com bancos de 1ª linha, conforme nota explicativa 22.3, que possuem "rating" entre Aa1 (BR) e Ba3, baseado na agência de "rating" Moody's, e a fundos de investimento com rendimentos equivalentes à taxa de 99,32% CDI (93,12% do CDI em 2020). A Companhia e suas controladas podem resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição e seus valores de mercado não diferem dos valores registrados contabilmente.

A controlada Recôncavo America LLC, possui, em 31 de dezembro de 2021, R\$9.181 (2020, R\$7.900) em caixa e equivalentes de caixa, mantido em dólar norte-americano. Em 2021 a Controlada registrou perda no montante de R\$596 (2020, ganho de R\$199) referente a variação cambial dos saldos mantidos em moeda estrangeira.

#### Aplicações financeiras

##### *Prática contábil*

São inicialmente mensurados a valor justo e subsequentemente como custo amortizado.

Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras	<u>531.863</u>	<u>9.993</u>	<u>655.644</u>	<u>135.011</u>
Total	<u>531.863</u>	<u>9.993</u>	<u>655.644</u>	<u>135.011</u>
Circulante	531.863	9.993	585.655	66.414
Não circulante	-	-	69.989	68.597

As aplicações financeiras da Controladora referem-se principalmente a investimentos em Fundo Cambial. A Administração optou por investir parte dos recursos captados na sua Oferta Pública Inicial de Ações, neste tipo de investimento como forma de se proteger da variação cambial tendo em vista que suas dívidas bancárias (e de suas Controladas) e pagamentos remanescentes à Petrobras referentes às aquisições de ativos são denominadas em dólar norte-americano.

No Consolidado inclui principalmente as aplicações financeiras da Controlada Potiguar, que deve manter aplicações financeiras como garantia para o empréstimo de, no mínimo, R\$117.937 em 31 de dezembro de 2021. Esse valor, assim como a maior parte do recurso captado no IPO pela Controladora, está aplicado em Fundo Cambial (Itaú Cambial FICFI), registrado na rubrica de aplicações financeiras e com rentabilidade média equivalente a 8,88% no ano.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

#### Prática contábil

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Petrobras S.A.	<u>34.398</u>	<u>52.578</u>	<u>169.847</u>	<u>108.733</u>
Total	<u>34.398</u>	<u>52.578</u>	<u>169.847</u>	<u>108.733</u>

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não possuíam saldos vencidos e nem perda estimada em créditos de liquidação duvidosa. As faturas são emitidas contra o cliente Petrobras S.A. com um prazo médio de vencimento de 30 a 50 dias. A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas nem atrasos materiais de recebíveis e não há expectativa de perda futura para tais recebíveis.

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	9.209	89	11.221	169
IRPJ	7.927	9.166	9.565	11.146
CSLL	-	2.322	1.191	3.212
PIS	489	207	2.660	776
COFINS	1.375	824	11.375	3.717
ICMS	112	-	17.149	2.678
Outros	1.588	863	2.038	1.297
<b>Total</b>	<b>20.700</b>	<b>13.471</b>	<b>55.199</b>	<b>22.995</b>
Total circulante	20.221	13.457	41.825	22.433
Total não circulante	479	14	13.374	562

Em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), publicada em 14 de maio de 2021, na qual restou definido, em repercussão geral, que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, a controlada Potiguar registrou crédito extemporâneo de PIS e de COFINS no montante de R\$2.353 e R\$10.838, respectivamente. Os créditos reconhecidos no ativo se referiam à exclusão do ICMS efetivamente recolhido da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, cujos valores foram pagos indevidamente em competências compreendidas entre dezembro de 2019 e julho de 2021.

## 7. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas

Investidas	Data-base	Ações Ordinárias Possuídas (em milhares)	Participação no capital integralizado %	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita bruta	Lucro Líquido (Prejuízo)
Recôncavo E&P S.A.	31/12/21	6.561	100	6.561	20.418	4.142	16.276	14.286	5.311
Recôncavo America LLC	31/12/21	n/a	100	9.242	26.931	-	26.931	-	29
Potiguar E&P S.A.	31/12/21	525.183	100	622.009	2.049.900	1.700.933	348.967	951.753	102.065
SPE Miranga S.A.	31/12/21	60.550	100	344.101	1.327.310	971.031	356.279	15.242	12.692
Recôncavo E&P S.A.	31/12/20	6.561	100	6.561	15.145	3.483	11.662	7.050	(1.220)
Recôncavo America LLC	31/12/20	n/a	100	9.242	26.904	-	26.904	8.598	16.269
Potiguar E&P S.A.	31/12/20	525.183	100	525.183	1.554.911	1.033.474	521.437	626.549	(93.549)

Movimentação

	Recôncavo E&P S.A.	Recôncavo America LLC (iii)	Potiguar E&P S.A.	SPE Miranga S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.882	10.635	530.280	-	553.797
Equivalência patrimonial	(1.220)	16.269	(93.549)	-	(78.500)
Cancelamento de dividendos (i)	-	-	2.644	-	2.644
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	82.062	-	82.062
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.662	26.904	521.437	-	560.003
Equivalência patrimonial	5.311	(8.309)	102.064	12.692	111.758
Cancelamento de Dividendos (i)	304	-	-	-	304
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.001)	-	-	(3.014)	(4.015)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(385.361)	-	(385.361)
Adiantamento para futuro aumento de capital (iv)	-	-	14.000	2.500	16.500
Aumento de Capital Social (ii)	-	-	96.827	344.101	440.928
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16.276	18.595	348.967	356.279	740.117

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, o contrato de financiamento obtido com o intuito de financiar parte da aquisição do Polo Riacho da Forquilha, proíbe o pagamento de dividendos pela Companhia e suas controladas oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2020. Considerando essas restrições, e de forma similar a 2019, a Administração da Companhia recomendou aos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária a votarem pelo cancelamento dos dividendos mínimos obrigatórios mencionados acima. Em 31 de dezembro de 2019 a PetroRecôncavo, a Potiguar e a Recôncavo constituíram dividendos mínimos obrigatórios nos valores de R\$12.894, R\$2.644 e R\$304, respectivamente. Tais dividendos foram cancelados nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias.

(ii) Potiguar:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidas 96.826.947 (noventa e seis milhões, oitocentas e vinte e seis mil, novecentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação. Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela Companhia em moeda corrente.

Miranga:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram emitidas 344.101.587 (trezentos e quarenta e quatro milhões, cento e uma mil e quinhentas e oitenta e sete) ações ordinárias da investida SPE Miranga a um preço de subscrição de R\$1,00 (um real). Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela Companhia em moeda corrente.

(iii) A equivalência patrimonial da controlada Recôncavo America do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 inclui a eliminação de saldo referente a lucro não realizado entre partes relacionadas.

(iv) Referem-se a aumentos para futuro aumento de capital na controlada Potiguar e SPE Miranga. Esses aportes serão subscritos e integralizados no capital social na próxima assembleia geral de sócios das controladas.

## 8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

### Prática contábil

#### *Imobilizado*

Edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios, equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, quando aplicável, são capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos estão demonstrados ao valor de custo e não sofrem depreciação.

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos e incluem as estimativas dos custos com abandono que são contabilizadas levando-se em conta o valor presente dessas obrigações de pagamentos futuros, (ver nota explicativa nº 14). Esse método determina que custos para incremento de produção e os custos de perfuração de poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos com geologia e geofísica, incorridos antes da determinação da viabilidade econômica das reservas, devem ser considerados despesas do período em que forem incorridos; e os custos com poços exploratórios secos e os vinculados às reservas não comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

As rubricas de “Direito de produção de óleo e gás” e “Investimento para incremento da produção e perfuração de poços” são depletadas com base no método das unidades produzidas descrito na nota explicativa nº 3. A depreciação e amortização dos demais bens é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos, construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado na data de sua alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

#### *Intangível*

Ativos intangíveis (softwares) com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### *Perdas pela não recuperabilidade (“impairment”)*

Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam indicativos de eventuais perdas (“impairment”) na recuperabilidade dos investimentos para incremento de produção e perfuração de poços, de acordo com a metodologia e premissas descritas na nota explicativa nº 3. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicativos de “impairment” para seus ativos.

Mapa de movimentação

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (v)	Transferências	Saldo em 31/12/2021
<u>Custo</u>				(a)				(a)	
Terrenos	80	-	-	-	80	-	-	-	80
Imóveis e construções	7.799	8	(2)	-	7.805	85	-	1.275	9.165
Máquinas e equipamentos	15.780	16.425	(47)	1.017	33.175	2.541	(111)	4.524	40.129
Móveis e utensílios	10.543	669	-	65	11.277	1.174	-	437	12.888
Veículos	3.274	113	-	-	3.387	-	(434)	151	3.104
Computadores e periféricos	2.103	128	(4)	126	2.353	414	-	133	2.900
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	846.512	33.361	(3.613)	7.419	883.679	62.509	(28)	12.128	958.288
Direito de produção de óleo e gás (ii)	-	-	-	-	-	79.880	-	20.629	100.509
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (vi)	-	20.629	-	-	20.629	-	-	(20.629)	-
Almoxarifado para inversões fixas (iii)	36.250	36.082	(36.628)	(3.911)	31.793	76.327	(52.243)	12.142	43.735
Adiantamento para aquisição de ativos fixos (v)	447	6.050	(979)	(3.530)	1.988	16.930	(37)	-	18.881
Bens imobilizados em andamento (iv)	65	3.765	(3)	(1.591)	2.236	15.507	(1.645)	(7.529)	8.569
<b>Total</b>	<b>922.853</b>	<b>117.230</b>	<b>(41.276)</b>	<b>(405)</b>	<b>998.402</b>	<b>255.367</b>	<b>(54.498)</b>	<b>(1.023)</b>	<b>1.198.248</b>
<u>Depreciação, amortização e depleção.</u>									
Imóveis e construções	(3.919)	(541)	-	-	(4.460)	(579)	-	-	(5.039)
Máquinas e equipamentos	(9.117)	(886)	8	-	(9.995)	(4.109)	103	-	(14.001)
Móveis e utensílios	(6.086)	(733)	-	-	(6.819)	(856)	-	-	(7.675)
Veículos	(1.677)	(293)	-	-	(1.970)	(271)	283	-	(1.958)
Computadores e periféricos	(941)	(220)	-	-	(1.161)	(282)	-	-	(1.443)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(514.323)	(73.582)	-	-	(587.905)	(62.701)	-	-	(650.606)
Direito de produção de óleo e gás - Amortização	-	-	-	-	-	(75)	-	-	(75)
<b>Total</b>	<b>(536.063)</b>	<b>(76.255)</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>(612.310)</b>	<b>(68.873)</b>	<b>386</b>	<b>-</b>	<b>(680.797)</b>
<u>Intangível</u>									
Softwares	6.664	1.989	(4)	-	8.679	1.604	-	1.023	11.276
<u>Amortização</u>									
Softwares	(3.319)	(727)	4	-	(4.042)	(895)	-	-	(4.937)
<b>Total</b>	<b>3.345</b>	<b>1.262</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.607</b>	<b>709</b>	<b>-</b>	<b>1.023</b>	<b>6.339</b>
<u>"Impairment"</u>									
Perda estimada na recuperação de ativos	(1.691)	-	1.691	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.691)</b>	<b>-</b>	<b>1.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>388.444</b>	<b>42.237</b>	<b>(39.577)</b>	<b>(405)</b>	<b>390.699</b>	<b>187.203</b>	<b>(54.112)</b>	<b>-</b>	<b>523.790</b>

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (vii)	Transferências (a)	Saldo em 31/12/2021
<b>Custo</b>									
Terrenos	105	-	-	-	105	-	-	-	105
Imóveis e construções	12.808	315	(2)	-	13.121	953	-	1.275	15.349
Máquinas e equipamentos	49.135	22.982	(27.822)	(792)	43.503	7.862	(11.089)	4.524	44.800
Móveis e utensílios	11.042	2.098	(100)	65	13.105	5.456	-	1.182	19.743
Veículos	3.274	262	-	-	3.536	680	(434)	151	3.933
Computadores e periféricos	2.218	720	(4)	126	3.060	2.020	-	(613)	4.467
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços (i)	882.562	72.843	(4.012)	22.907	974.300	199.121	(279)	29.658	1.202.800
Direito de produção de óleo e gás (ii)	1.237.215	-	-	-	1.237.215	1.580.644	-	81.176	2.899.035
Adiantamento para compra de direito de produção de óleo e gás (vi)	-	20.628	-	-	20.628	60.548	-	(81.176)	-
Almoxarifado para inversões fixas (iii)	45.320	92.229	(68.531)	(13.605)	55.413	226.671	(122.879)	(29.672)	129.533
Adiantamento para aquisição de ativos fixos (v)	749	13.646	(979)	(7.730)	5.686	21.891	(325)	-	27.252
Bens imobilizados em andamento (iv)	1.705	6.897	(29)	(1.591)	6.982	24.640	(10.180)	(7.529)	13.913
<b>Total</b>	<b>2.246.133</b>	<b>232.620</b>	<b>(101.479)</b>	<b>(620)</b>	<b>2.376.654</b>	<b>2.130.486</b>	<b>(145.186)</b>	<b>(1.024)</b>	<b>4.360.930</b>
<b>Depreciação, amortização e depleção</b>									
Imóveis e construções	(5.400)	(705)	-	-	(6.105)	(742)	-	-	(6.847)
Máquinas e equipamentos	(29.089)	(2.486)	19.442	-	(12.133)	(2.886)	502	-	(14.517)
Móveis e utensílios	(6.125)	(803)	-	-	(6.928)	(1.095)	-	-	(8.023)
Veículos	(1.677)	(293)	-	-	(1.970)	(270)	283	-	(1.957)
Computadores e periféricos	(3.351)	(816)	4	-	(4.164)	(1.004)	-	-	(5.168)
Investimento para incremento da produção e perfuração de poços	(526.470)	(86.782)	-	(10)	(613.262)	(92.993)	-	-	(706.255)
Direito de produção de óleo e gás	(9.202)	(126.485)	-	506	(135.181)	(132.560)	-	-	(267.741)
<b>Total</b>	<b>(581.314)</b>	<b>(218.370)</b>	<b>19.446</b>	<b>496</b>	<b>(779.743)</b>	<b>(231.550)</b>	<b>785</b>	<b>-</b>	<b>(1.010.508)</b>
<b>Intangível</b>									
Softwares	7.450	2.091	(346)	-	9.195	1.789	-	1.024	12.008
<b>Amortização</b>									
Softwares	(944)	(241)	-	-	(1.185)	(380)	-	-	(1.565)
<b>Total</b>	<b>6.506</b>	<b>1.850</b>	<b>(346)</b>	<b>-</b>	<b>8.010</b>	<b>1.409</b>	<b>-</b>	<b>1.024</b>	<b>10.443</b>
<b>"Impairment"</b>									
Perda estimada na recuperação de ativos	(1.691)	-	1.691	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.691)</b>	<b>-</b>	<b>1.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>1.669.634</b>	<b>16.100</b>	<b>(80.688)</b>	<b>(124)</b>	<b>1.604.921</b>	<b>1.900.345</b>	<b>(144.401)</b>	<b>-</b>	<b>3.360.865</b>

(a) Parte do saldo foi transferido, por se referirem a arrendamentos financeiros, foram transferidos para a rubrica de direito de uso em arrendamento.

- (i) O “investimento para incremento de produção” corresponde a motores, transformadores, equipamentos ou gastos diversos utilizados nos poços ou facilidades de superfície visando um aumento da produção ou das reservas recuperáveis. Perfuração de poços refere-se à capitalização de gastos incorridos na perfuração de novos poços em campos que tiveram sua comercialidade provada. A depreciação destes bens e a depleção dos gastos são feitos utilizando-se o percentual de produção atual em relação à reserva provada desenvolvida em produção de cada campo. A avaliação da reserva total em 31 de dezembro de 2021 foi efetuada pelo perito independente Netherland Sewell & Associates, Inc.
- (ii) O “direito de produção de óleo e gás” representa o custo de aquisição das concessões para a exploração dos campos de petróleo e gás natural.
- a) PetroRecôncavo - Polo Remanso
- Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso e que incluiu os campos de Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Gomo, Fazenda Belém, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria, na bacia do Recôncavo, estado da Bahia.
- O valor da aquisição foi de US\$30,0 milhões. Desse montante: (i) US\$4,0 milhões, equivalentes a R\$20,6 milhões, foram pagos no dia da assinatura, em 23 de dezembro de 2020; (ii) US\$21,0 milhões, que, abatidos da geração de caixa do ativo desde julho de 2020 até a data de fechamento, totalizaram US\$7,6 milhões, equivalentes a R\$41,5 milhões, foram pagos no 22 de dezembro de 2021, data do fechamento da transação. Como parte do ajuste de preço, a Companhia reclassificou contas a receber da Petrobras no montante de R\$9.947 referentes a receitas contratuais não recebidas entre a data da assinatura do contrato e a conclusão da transação; e (iii) US\$5,0 milhões serão pagos em doze meses após o fechamento da transação e estão registrados no passivo circulante da Companhia (ver nota explicativa nº 12). A parcela residual a pagar foi registrada no ativo no montante R\$28.455. O valor total registrado no ativo referente a compra desse ativo foi de R\$100.509.
- b) Recôncavo - Polo Remanso
- Os blocos terrestres BT-REC-10 e BT-REC-14 foram adquiridos através da 4ª, 6ª e 9ª rodada de licitação da ANP - Agência de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. O valor do custo desse ativo é de R\$1.248.
- c) Potiguar - Polo Potiguar
- Em 25 de abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. No fechamento da transação, o Grupo registrou o montante de R\$1.235.967 como ativo realizável a longo prazo. No ano de 2021, o Grupo registrou o montante de R\$313.805 referente à parcela remanescente a pagar para a Petrobras, ver nota explicativa nº 12. O valor total do ativo registrado é de R\$1.549.772.
- d) SPE Miranga - Polo Miranga
- Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga, firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“onshore”) Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuípe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho de São Pedro e Sussuarana, que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia. A transação foi concluída em 6 de dezembro de 2021.
- O valor registrado do ativo é de R\$1.247.506, sendo que: (i) R\$60.548 (US\$11,0 milhões) foram pagos no dia da assinatura; (ii) R\$247.919 (US\$44,0 milhões) foram pagos na data de fechamento da transação, 6 de dezembro de 2021; (iii) R\$939.039 se referem a parcelas a pagar conforme descrito na nota explicativa nº 12.
- (iii) Os motores, equipamentos de produção e materiais diversos que serão utilizados para incremento na produção são registrados na conta “almoxarifado de inversões fixas”. A depreciação desses bens é calculada com base no método das unidades produzidas, que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total de cada campo, limitado ao vencimento dos contratos de concessão, a partir do momento que eles são transferidos para a rubrica de “investimento para incremento de produção”.
- (iv) Os bens imobilizados em andamento representam itens de imobilizado que estão em processo de construção ou transporte e que ainda não estão prontos para utilização.
- (v) As baixas dos valores reconhecidos na linha de “almoxarifado para inversões fixas” representam, principalmente, motores, equipamentos de produção e materiais diversos que foram utilizados em atividades de reparo e manutenção e reconhecidos no custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos.

#### *Bens dados em garantia*

A Companhia possui uma sonda de perfuração terrestre dada em garantia do processo de execução fiscal nº 0000566-44.2011.805.0164, movido contra a controladora.

Como parte da contratação do financiamento bancário, a controlada Potiguar deu em garantia (i) os direitos emergentes dos contratos de concessão dos 34 campos pertencentes ao Polo Riacho da Forquilha, (ii) sua posição nos contratos de compra e venda de petróleo, gás natural e participação no descomissionamento de poços, todos celebrados com a Petrobras, (iii) o estoque de petróleo, (iv) os equipamentos e maquinários de sua titularidade, (v) 100% de suas ações e (vi) os direitos creditórios referentes: (a) aos contratos de compra e venda de petróleo, gás natural e participação no descomissionamento de poços, (b) às apólices de seguro, (c) aos contratos de “Swaps” celebrados com Banco ABC, Goldman Sachs, Deutsche Bank, Itaú Unibanco e Morgan Stanley e (d) às garantias outorgadas no âmbito dos contratos cedidos.

## 9. FORNECEDORES

Prática contábil

Os fornecedores estão classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para real pela cotação da data de fechamento.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Em moeda nacional	32.464	31.107	88.206	73.681
Em moeda estrangeira	4.217	1.702	10.194	5.030
Partes relacionadas (nota explicativa nº 17)	21.519	16.213	308	1.378
Total	<u>58.200</u>	<u>49.022</u>	<u>98.708</u>	<u>80.089</u>

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos estão classificados na categoria de custo amortizado. Estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para real pela cotação da data de fechamento.

Posição empréstimos	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FINEP	1.648	2.734	1.647	2.733
Empréstimos bancários	-	-	762.081	926.501
Custos a amortizar	(137)	-	(22.437)	(35.194)
Total	<u>1.511</u>	<u>2.734</u>	<u>741.291</u>	<u>894.040</u>
Total circulante	1.211	1.355	281.762	212.931
Total não circulante	302	1.379	459.529	681.109

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.263	744.019
Pagamentos de principal	(1.522)	(104.585)
Juros pagos	(308)	(67.929)
Juros provisionados	301	72.881
Amortização do custo de aquisição	-	16.848
Variação cambial	-	232.806
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.734</u>	<u>894.040</u>

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adições	60.479	60.479
Pagamentos de principal	(59.145)	(283.210)
Juros pagos	(1.194)	(58.399)
Juros provisionados	1.250	55.574
Amortização do custo de aquisição	97	12.991
Variação cambial	(2.703)	59.816
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.511</u>	<u>741.291</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>	<u>R\$</u>	<u>US\$</u>
Análise de empréstimos por moeda:				
31 de dezembro de 2020:				
FINEP	2.374	-	2.374	-
Empréstimos bancários	-	-	-	171.514
31 de dezembro de 2021:				
FINEP	1.512	-	1.512	-
Empréstimos bancários	-	-	-	132.541

Abaixo apresentamos o cronograma de vencimento dos empréstimos classificados no não-circulante

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	300	303.461
2024	-	156.068
Total	<u>300</u>	<u>459.529</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu financiamento perante a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Não houve alterações nas condições de financiamento divulgadas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Em 19 de fevereiro de 2021, a Companhia, através da sua subsidiária SPE Miranga S.A., assinou contrato para a aquisição de 100% da participação da Petrobras em 9 (nove) campos terrestres denominados Apraius, Biriba, Fazenda Onça, Jacuípe, Miranga, Miranga Norte, Rio Pipiri, Riacho São Pedro e Sussuarana, que constituem o Polo Miranga. Com o objetivo de financiar parte do pagamento, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo Internacional nº AGE1187904 com a instituição financeira Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor de total de US\$11.000.000,00 (onze milhões de dólares norte-americanos), com taxa de juros fixa de 3,7225%. O empréstimo foi pago em 5 parcelas cujos pagamentos aconteceram entre os meses de junho a outubro de 2021.

A Controlada Potiguar adquiriu, em 25 de abril de 2019, empréstimo com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o recebido até 31 de dezembro de 2019 foi de US\$195.428.

Como garantia para o empréstimo, em 31 de dezembro de 2021, a Potiguar deve manter nas contas vinculantes o valor contábil de no mínimo R\$117.937, sendo este montante composto por 100% da próxima parcela de amortização de principal e juros, acrescido ainda de dois terços do valor da própria parcela. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada mantinha o saldo necessário e estava aderente as regras contratuais. O empréstimo será pago em parcelas trimestrais até abril de 2024.

Como parte das cláusulas de vencimento antecipado, o contrato prevê a manutenção de contratos de “hedge” para proteger seus volumes líquidos apresentados no relatório de reservas da seguinte maneira:

- Para os meses 1 a 12, (i) no mínimo 85% de suas reservas PDPs ou (ii) 80% de suas reservas 1P, limitados a 95% de suas reservas 1P.
- Para os meses 13 a 24, no mínimo 60% de suas reservas 1P, limitados a 75% de suas reservas 1P.
- Para os meses 25 a 36, no mínimo 40% de suas reservas 1P, limitados a 55% de suas reservas 1P.

Adicionalmente, o contrato estabelece condições para distribuição de dividendos, sendo as principais:

- Distribuição de dividendos somente após o período de carência, que expirou em 25 de julho de 2020. Não pagamento de dividendos oriundos do lucro líquido ou outros saldos de caixa obtidos durante o ano fiscal de 2019. Em virtude dessa cláusula restritiva, a Companhia e suas controladas cancelaram os dividendos mínimos obrigatórios contabilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as respectivas Assembleias Gerais Ordinárias.
- Preço médio do Petróleo “Brent” no ano fiscal anterior não poderá ser menor que US\$45/bbl.
- O preço médio do Petróleo “Brent” na data final do último trimestre não poderá ser menor que US\$45 bbl. A Potiguar tem que estar adimplente com todas as obrigações contratuais.
- A Companhia e suas controladas precisam estar aderentes à todas as cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui obrigações atendidas relacionadas aos contratos de dívida (“covenants”), com destaque para: (i) apresentação das demonstrações financeiras da controlada Potiguar no prazo de 90 dias auditadas por auditores independentes; (ii) cláusula onde a Companhia e suas controladas se comprometem a não criar gravames sobre seus ativos para garantia de dívidas além dos permitidos; (iii) cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios incluindo (mas não limitado) às leis ambientais; (iv) cláusulas em contratos de financiamento que exigem que a Companhia e suas controladas conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e às leis antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento. Adicionalmente, o financiamento da Controlada Potiguar inclui cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento.

Em 31 de dezembro de 2021, as obrigações são as seguintes:

- No último dia de cada trimestre fiscal (a começar em 31 de dezembro de 2020), o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) da Controlada Potiguar não deve ser maior que:
  - 2,5 ao final do ano fiscal de 2020.
  - 2,25 durante o ano fiscal de 2021.
  - 2,0 durante o ano fiscal de 2022.
  - 1,5 durante o ano fiscal de 2023 em diante.

- No último dia de cada trimestre fiscal, o Indicador de Alavancagem (Dívida Líquida sobre EBITDA) consolidado do Grupo não deve ser maior que 2,5.
- No último dia de cada ano fiscal, o Indicador de Cobertura do Ativo (PV-10 das reservas Provasdas sobre Dívida Bruta) da Controlada Potiguar não deve ser menor que 1,5.
- Em qualquer momento, o Caixa Livre (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras, incluindo Contas Vinculantes relacionadas ao Empréstimo) da Controlada Potiguar não deve ser menor que R\$20.000.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo cumpriu as cláusulas restritivas aplicáveis.

Os bens dados em garantia do contrato foram divulgados na nota explicativa nº 8.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Prática contábil

Imposto de renda, contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações dos resultados, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões admitidas pela legislação fiscal, deduzido do incentivo de redução mencionado abaixo.

### Incentivo fiscal

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia e suas controladas reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Ao final de cada exercício social a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício, a qual não compõe a base de cálculo do dividendo, é transferida da conta lucro do exercício para reserva de lucros - incentivos fiscais. Esta reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos, desde que a Companhia cumpra com todas as suas obrigações tributárias.

### Controladora

A Companhia goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 369.984 m<sup>3</sup>/ano e gás natural em 37.594.224 m<sup>3</sup>/ano, até o exercício de 2028.

### Controladas

A controlada Recôncavo goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 96.000 barris/ano de produção de petróleo, até o exercício de 2024.

A controlada Potiguar goza de benefício de incentivo fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda a pagar sobre o resultado das suas operações, limitado à capacidade de produção de petróleo em 635.772 m<sup>3</sup>/ano e gás natural em 157.678.680 m<sup>3</sup>/ano, até o exercício de 2029.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, exceto quando a Companhia e suas controladas forem capazes de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. São classificados no não circulante, independente da perspectiva de realização dos saldos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	207.069	(69.802)	233.617	(117.637)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(70.403)	23.733	(79.430)	39.997
Equivalência patrimonial (a)	37.998	(32.221)	-	-
Outros	(3.562)	(2.608)	(4.808)	(4.119)
Redução - incentivo fiscal	5.797	-	27.520	-
Imposto de renda e contribuição social	(30.170)	(11.096)	(56.718)	35.878

(a) Conforme lei 12.973 de 13 de maio de 2014 a partir de 1º de janeiro de 2020 o lucro da controlada Recôncavo America passou a ser computado na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL da Companhia.

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos é decorrente, basicamente, da diferença temporária da provisão para abandono de poços, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de controladas (impostos ativos) e, diferido sobre o saldo do valor justo de instrumentos financeiros derivativos da controlada Potiguar e adoção de CPC (impostos passivos).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>				
Provisão para abandono de poços	4.052	3.711	6.217	5.243
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	157.992	-
Prejuízo fiscal/base negativa (b)	13.267	-	46.088	39.220
Diferido sobre provisões e outros	8.153	4.812	17.880	5.575
<b>Total</b>	<b>25.472</b>	<b>8.523</b>	<b>228.177</b>	<b>50.038</b>
<b>Passivo</b>				
Adoção CPC (imobilizado) (a)	4.780	6.041	4.890	6.414
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	40.527
Variação cambial não realizada	-	-	6.018	27
<b>Total</b>	<b>4.780</b>	<b>6.041</b>	<b>10.908</b>	<b>46.968</b>
<b>Total imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>20.692</b>	<b>2.482</b>	<b>217.269</b>	<b>3.070</b>
<b>Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativo</b>	<b>21.090</b>	<b>2.482</b>	<b>222.941</b>	<b>3.070</b>
<b>Total imposto de renda e contribuição social diferidos passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.672</b>	<b>-</b>

(a) Refere-se a diferenças temporárias entre base contábil e tributária, decorrente da adequação das demonstrações financeiras da Companhia às IFRS.

(b) A Companhia e a Potiguar apuraram, em 2022, o imposto de renda e a contribuição social com base trimestral. No segundo trimestre de 2022, a apuração da Companhia resultou em prejuízo fiscal que foi registrado como imposto diferido ativo e foi compensado, dentro dos limites da lei, nos trimestres subsequentes. No consolidado, o saldo refere-se basicamente a prejuízo fiscal e base negativa apurado pela Potiguar em 2021.

A Administração considera que os impostos ativos decorrentes das provisões temporárias serão realizados na proporção que os contratos de derivativos forem vencendo, que os poços forem abandonados e que as contingências e demais provisões forem realizadas.

A expectativa da Administração para realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2022	8.614	137.838
2023	5.179	60.826
2024	2.927	18.606
2025	12	18
2026 em diante	8.740	10.887
	<b>25.472</b>	<b>228.177</b>

## 12. VALORES A PAGAR POR AQUISIÇÕES

### Prática contábil

Os valores registrados nessa rubrica estão registrados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do resultado.

Os montantes classificados como custo amortizado estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. Todos os montantes são devidos em dólares norte-americanos e são convertidos para real pela cotação da data de fechamento.

Os montantes classificados como valor justo pelo resultado foram mensurados com base nos valores contratuais que definem faixas de preço acordo com a média do “Brent” do ano de pagamento. O grupo utilizou-se da curva futura do “Brent” para estimar os valores contratuais a serem provisionados. Na data de encerramento do balanço o preço médio do “Brent” para os anos de 2022, 2023 e 2024 resultaria no pagamento completo do passivo contingente e por isso todo o montante foi provisionado. O grupo revisa trimestralmente essas estimativas e qualquer diferença será reconhecida contra o resultado do exercício.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Polo Remanso:		
Custo amortizado	27.903	27.903
Polo Potiguar:		
Custo Amortizado	-	313.805
Polo Miranga:		
Custo Amortizado	-	111.610
Total circulante	<u>27.903</u>	<u>453.318</u>
<u>Não circulante</u>		
Polo Miranga:		
Custo Amortizado	-	335.388
Valor justo através do resultado	-	474.343
Total não circulante	<u>-</u>	<u>809.731</u>
Total	<u>27.903</u>	<u>1.263.049</u>

#### Polo Remanso

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 23 de dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos 12 campos terrestres objeto do “contrato de produção com cláusula de risco” reunidos em outro conjunto denominado Polo Remanso. O valor a pagar dessa transação é de US\$5 milhões e será pago em dezembro de 2022. O valor será atualizado por uma taxa de juros anual (Libor mais 3%).

#### Polo Potiguar

Em 25 de abril de 2019, a Controlada Potiguar assinou Contrato de Compra e Venda pela aquisição da participação da Petrobras em um conjunto de 34 campos terrestres produtores de petróleo e gás natural, denominado “Polo Riacho da Forquilha”, localizados na Bacia Potiguar, no Estado do Rio Grande do Norte. A aquisição foi concluída no dia 9 de dezembro de 2019, após aprovação dos órgãos reguladores.

A Controlada deve pagar à Petrobras um saldo remanescente correspondente a 16% do valor de aquisição ajustado, ou, aproximadamente, US\$56.000, condicionado à extensão das concessões de onze dos 34 campos adquiridos, conforme demonstrado abaixo:

Campo	Percentual
Baixa do Algodão	0,2%
Boa Esperança	0,5%
Brejinho	1,5%
Cachoeirinha	1,0%
Fazenda Curral	0,2%
Fazenda Malaquias	1,0%
Leste de Poço Xavier	0,3%
Livramento	1,8%
Lorena	2,8%
Pajeú	0,2%
Riacho da Forquilha	6,5%
Total	16,0%

O processo de extensão das concessões envolve a apresentação para a Agência Nacional do Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP) de Planos de Desenvolvimento que demonstrem um plano de investimento e produção viável para além do período contratual atual. Em 5 de março de 2020, a Potiguar apresentou à ANP os Planos de Desenvolvimento para os onze campos listados acima. O processo de avaliação das extensões é gerido pela Superintendência de Desenvolvimento e Produção da ANP, que julga a estratégia de desenvolvimento apresentada, o cronograma físico-financeiro dos projetos de desenvolvimento da produção, o aumento da capacidade produtiva das instalações, provisões financeiras para descomissionamento e abandono das instalações, dentre outros pontos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 A Administração entende que as renovações serão aprovadas e, portanto, registrou ano de 2021 o montante de R\$313.805 no passivo circulante. Esse valor refere-se ao valor total desta parcela. O Contrato de Compra e Venda pela aquisição firmado com a Petrobras não prevê atualização deste montante.

#### Polo Miranga

Em 24 de fevereiro de 2021, a SPE Miranga firmou contrato para a compra da totalidade da participação da Petrobras nos nove campos terrestres (“onshore”) que constituem o Polo Miranga, na bacia Recôncavo, na Bahia, a aquisição foi concluída no dia 6 de dezembro de 2021.

Os valores a pagar da aquisição foram mensurados pelo custo amortizado e pelo valor justo através do resultado como seguem:

Custo amortizado:

- (i) US\$20,0 milhões que serão pagos em doze meses após o fechamento da transação.
- (ii) US\$20,0 milhões que serão pagos em vinte e quatro meses após o fechamento da transação.
- (iii) US\$40,1 milhões que serão pagos em trinta e seis meses após o fechamento da transação.

Esses valores são atualizados a uma taxa de juros fixa de 1,5% a.a.

Valor justo através do resultado:

Como parte do contrato, a controlada Miranga, pode pagar até US\$85 milhões em pagamentos contingentes previstos em contrato. Esse estão atrelados ao preço médio do “Brent” no ano calendário de 2022, 2023 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada tinha registrado o valor máximo possível do passivo.

Esses valores são atualizados a uma taxa de juros fixa de 1,5% a.a.

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

#### Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos pagamentos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

#### 13.1. Perdas prováveis - trabalhistas e fiscais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas	2.416	3.594	2.416	3.594
Processos fiscais	1.027	1.371	1.027	1.371
Total	<u>3.443</u>	<u>4.965</u>	<u>3.443</u>	<u>4.965</u>

#### Movimentação da provisão

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.777	2.777
Provisões constituídas	2.604	2.604
Provisões revertidas	(416)	(416)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.965</u>	<u>4.965</u>
Pagamentos efetuados	(1.522)	(1.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.443</u>	<u>3.443</u>

A Companhia possui 37 processos trabalhistas (48 em 31 de dezembro de 2020), sendo 17 (21 em 31 de dezembro de 2020) deles classificados como perdas prováveis. A maior parte destas ações trabalhistas estão vinculados a empresas terceirizadas, em que a PetroRecôncavo consta como responsável subsidiária no processo.

## 13.2. Perdas possíveis - trabalhistas, cíveis e previdenciárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020, litígios com probabilidade de perda possível, com base na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos tributários	24.792	25.608	26.469	25.608
Processos trabalhistas	764	1.041	764	1.041
Processos regulatórios	500	-	869	-
Processos cíveis	365	1.365	365	1.375
Total	<u>26.421</u>	<u>28.014</u>	<u>28.467</u>	<u>28.024</u>

Os processos tributários são compostos por causas pulverizadas de tributos federais.

Os processos trabalhistas são compostos por causas pulverizadas de ex-colaboradores e principalmente processos de responsabilidade subsidiária requerendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade, dentre outras.

## 14. PROVISÃO PARA ABANDONO DE POÇOS

Prática contábil

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente, desmobilizar e finalizar as atividades.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com abandono de poços são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.582	29.982
Atualização	1.740	5.480
Constituição de provisão	-	6.624
Revisão de estimativas	(1.408)	(1.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.914</u>	<u>40.111</u>
Constituição	23.667	44.480
Atualização	1.339	6.563
Reversão	-	(6.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>35.920</u>	<u>85.114</u>
Total do passivo circulante	-	419
Total do passivo não circulante	35.920	84.695

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### Prática contábil

O Grupo utiliza instrumentos derivativos de proteção para variação nos preços de “commodities” (“hedge”). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta mensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de “hedge”, no caso da adoção da contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”).

O Grupo designa os derivativos como instrumentos de “hedge”, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (“hedge” de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de “hedge” e os itens protegidos por “hedge”, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. O Grupo também documenta, tanto no início do “hedge”, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de “hedge” são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por “hedge”.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como instrumentos de “hedge” nas estratégias de “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida como “Ajuste de avaliação patrimonial de controlada” (em “Outros resultados abrangentes”) no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado do exercício.

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de “hedge” são liquidados, na mesma linha que o item objeto de “hedge” reconhecido. Quando o “hedge” deixa de cumprir os critérios para “hedge accounting”, ele é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece enquanto operação ainda possuir expectativa de ocorrer, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados nos instrumentos de “hedge”, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas acumulados no patrimônio líquido são imediatamente reciclados para o resultado do exercício.

O valor justo total dos instrumentos derivativos de “hedge” é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido em uma estratégia de “hedge” é superior a 12 meses.

O Grupo aplicou contabilidade de “hedge” em relação ao fluxo de caixa altamente provável de vendas de petróleo. A existência de um relacionamento econômico foi determinada no momento da designação e prospectivamente através da comparação dos termos críticos do instrumento de “hedge” e do item objeto de “hedge”. O Grupo contratou derivativos para sua estratégia de “hedge” para proteção de um percentual do volume da produção estimada, conforme mencionado anteriormente.

A controlada Potiguar firmou contratos de compensação com as contrapartes Itaú BBA, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Deutsche Bank e Banco ABC. Os derivativos são apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros derivativos</u>		
Contratos a termo de “commodity” ativo circulante	-	80.506
Contratos a termo de “commodity” ativo não circulante	-	56.576
Total	<u>-</u>	<u>137.082</u>
<u>Passivos financeiros derivativos</u>		
Contratos a termo de “commodity” passivo circulante	(231.125)	-
Contratos a termo de “commodity” passivo não circulante	(233.559)	(17.886)
Total	<u>(464.684)</u>	<u>(17.886)</u>
Contratos a termo de “commodity” líquido	<u>(464.684)</u>	<u>(119.196)</u>

a) Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(5.140)
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	43.025	196.994
Liquidação de contratos de derivativos	(43.025)	(196.994)
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	-	124.336
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	119.196
Valor justo dos instrumentos financeiros antes da liquidação	-	(126.780)
Liquidação de contratos de derivativos	-	126.780
Valor justo dos instrumentos financeiros não realizados	-	(583.880)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>-</u>	<u>(464.684)</u>

Em relação aos requisitos para a efetividade do “hedge”, a Administração concluiu que:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.
- O efeito de risco de crédito não influencia de maneira significativa as alterações no valor justo da relação econômica dos instrumentos de “hedge”.

O índice de “hedge” da relação de proteção é de 1:1 e é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a Companhia efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “hedge” que a Companhia efetivamente utiliza para proteger a quantidade de item protegido.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de setembro de 2021 é de R\$1.863.916 (R\$674.941 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 248.517.120 (duzentos e quarenta e oito milhões, quinhentas e dezessete mil e cento e vinte) ações ordinárias (82.962.761 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma ação preferencial (949.005 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do montante subscrito e integralizado do capital social foram deduzidos os custos com a emissão das ações, referentes a gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de banco de investimentos, corretores, etc.), gastos com publicidade, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro. Esses custos totalizaram R\$75.728 e foram registrados líquidos do seu efeito fiscal (R\$25.748) no montante líquido de R\$49.980. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do capital social líquido dos custos com emissão de ações era de R\$1.813.936.

Em 31 de dezembro de 2021 as ações estavam assim distribuídas:

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
PetroSantander Luxembourg Holdings S.a.r.l.	82.536.716	-	41.268.358	-
Fundos geridos pelo Opportunity	63.930.089	-	29.303.769	-
Eduardo Cintra Santos	14.749.105	-	3.035.828	-
Perbras - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	12.539.404	-	6.261.652	-
Outros acionistas	74.761.806	-	3.093.154	949.005
Total	248.517.120	-	82.962.761	949.005
Ações em tesouraria	(143.009)	-	-	-
Total líquido de ações em tesouraria	248.374.111	-	82.962.761	949.005

Em 2021 a Companhia recomprou um total de 327.822 ações ordinárias e entregou ou vendeu 184.813 ações ordinárias para executivos da Companhia como parte de programas de remuneração baseados em ações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha 143.009 ações ordinárias em tesouraria ao preço médio de R\$16,03, totalizando R\$2.292.

#### Movimentações do capital social

Em 24 de fevereiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efetuarão determinadas deliberações, dentre as quais destacamos:

Aprovação da conversão da totalidade das 949.005 (novecentas e quarenta e nove mil e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia em igual número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial convertida.

Aprovação do aumento do capital autorizado, de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para R\$2.750.000.000,00 (dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de reais).

Aprovação da abertura de capital da Companhia e autorização da submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta, como emissor categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480/2009, incluindo a realização de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior, bem como adesão ao Novo Mercado da B3 para a negociação de suas ações.

Em 1º abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efetuarão determinadas deliberações, dentre as quais destacamos a aprovação do desdobramento da totalidade das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, à razão de 1:2, sem alteração do valor do capital social da Companhia, de forma que para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia atualmente emitida, é criada e atribuída ao respectivo acionista 1 (uma) nova ação ordinária de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias atualmente existentes. Dessa forma, o capital social, anteriormente dividido em 83.911.766 (oitenta e três milhões, novecentas e onze mil, setecentas e sessenta e seis) ações ordinárias, passa a ser dividido em 167.823.532 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentas e vinte e três mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias.

Em 3 de maio de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foram aprovados:

A fixação do preço de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos) por ação ordinária de emissão da Companhia objeto da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil e com esforços de colocação de ações ordinárias no exterior.

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.032.500.000,00 (um bilhão, trinta e dois milhões e quinhentos mil reais), o qual passará de R\$674.941.437,37 (seiscentos e setenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) para R\$1.707.441.437,37 (um bilhão, setecentos e sete milhões quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), mediante a emissão de 70.000.000 (setenta milhões) de novas ações ordinárias, com preço de emissão de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos) cada uma, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da oferta pública supracitada, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 237.823.532 (duzentos e trinta e sete milhões e oitocentas e vinte e três mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias.

No dia 2 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado:

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$154.875.000 (cento e cinquenta e quatro milhões oitocentas e setenta e cinco mil reais), o qual passará de R\$1.707.441.437,37 (um bilhão, setecentos e sete milhões quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) para R\$1.862.316.437,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e dois milhões trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), mediante a emissão de 10.500.000 (dez milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, com preço de emissão de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos) cada uma, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão objeto da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o art. 6º, parágrafo quarto do Estatuto Social, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 248.323.532 (duzentos e quarenta e oito milhões, trezentas e vinte e três mil, quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias.

No dia 22 de julho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado:

Aprovar, nos termos do artigo 30, parágrafo primeiro, alíneas “b” e “c” da Lei nº 6.404/1976, da Instrução CVM nº 567/2015 e do artigo 17 (q) do Estatuto Social, a aquisição pela Companhia de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão (“Ações”), respeitando os limites legais e com base em recursos disponíveis (“programa de Recompra”), para (i) manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, e (ii) fazer frente aos compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Programa de Incentivo Consolidado aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral em 1º de abril de 2021 (“Programa de Incentivo”), mediante alienação e entrega de ações aos diretores estatutários e empregados da Companhia e de suas controladas que sejam participantes do Programa de Incentivo.

Em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, detalhados na nota explicativa nº 15 g), aprovar o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado e com exclusão do direito de preferência para subscrição, nos termos do art. 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º, parágrafo 4º do Estatuto Social, mediante a emissão de 105.000 (cento e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$7,405 por ação, fixado de acordo com o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, conforme boletins de subscrição.

Registrar que o capital social da Companhia passa dos atuais R\$1.862.316.437,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e dois milhões trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos), dividido em 248.323.532 (duzentos e quarenta e oito milhões trezentas e vinte e três mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.093.962,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões noventa e três mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), dividido em 248.428.532 (duzentos e quarenta e oito milhões quatrocentas e vinte e oito mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

No dia 21 de outubro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado o aumento capital social da Companhia, que passou de R\$1.863.093.962,37 (um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões noventa e três mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), dividido em 248.428.532 (duzentos e quarenta e oito milhões quatrocentas e vinte e oito mil e quinhentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.551.482,01 (um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e um centavo), dividido em 248.482.668 (duzentos e quarenta e oito milhões quatrocentas e oitenta e duas mil, seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Esse aumento se deu em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado e com exclusão do direito de preferência para subscrição, nos termos do art. 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º, parágrafo 4º do Estatuto Social, mediante a emissão de: (i) 19.136 (dezenove mil, cento e trinta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,365 por ação, fixado de acordo com o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia; e (ii) 35.000 (trinta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$7,405 por ação, fixado de acordo com o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

No dia 15 de dezembro de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia passou de R\$1.863.551.482,01 (um bilhão oitocentos e sessenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e um centavo), dividido em 248.482.668 (duzentos e quarenta e oito milhões quatrocentas e oitenta e duas mil, seiscentas e sessenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.863.916.056,99 (um bilhão, oitocentos e sessenta e três milhões, novecentos e dezesseis mil e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos), dividido em 248.517.120 (duzentos e quarenta e oito milhões, quinhentas e dezessete mil e cento e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em decorrência dos exercícios de opções de compra de ações, aprovar o aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado e com exclusão do direito de preferência para subscrição, nos termos do art. 171, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º, parágrafo 4º do Estatuto Social, mediante a emissão de: (i) 12.452 (doze mil quatrocentas e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,365 por ação, fixado de acordo com o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia; e (ii) 22.000 (vinte e duas mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,705 por ação, fixado de acordo com o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu 271.320 (duzentas e setenta e um mil trezentas e vinte) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,560498 totalizando R\$3.679 e 142.916 (cento e quarenta e duas mil novecentas e dezesseis) novas ações preferenciais, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$13,767723 totalizando R\$1.967. As novas ações emitidas nesse ato foram subscritas e integralizadas pelos administradores e colaboradores estratégicos da Companhia e contabilizado integralmente como despesa referente a pagamento baseado em ações, dentro do exercício de 2020, nas contas de pagamento baseado em ações. O efeito total no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, líquido dos valores integralizados pelos executivos como parte do programa refere-se parte a integralização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R\$304 e no total foi integralizado pelos executivos o montante de R\$5.646.

A Companhia adquiriu durante o exercício de 2020, 11.869 ações preferenciais, ao preço médio de R\$11,85, exercendo o seu direito de preferência em caso de desligamento de colaboradores acionistas da Companhia, conforme previsto no contrato de subscrição de ações. As ações foram adquiridas pelo valor justo estimado, que foi calculado pelo método de múltiplos de valor de mercado de empresas comparáveis. Todas as ações foram canceladas pela Companhia no momento da recompra.

#### 16.2. Reserva de capital e reserva de lucros - Redução de imposto de renda

A Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar gozam do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado de suas operações (ver nota explicativa nº 11).

O incentivo fiscal correspondente apurado no exercício é reconhecido no resultado do exercício e, após apuração do lucro do exercício, é transferido para a reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros). Essa reserva somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos. A reserva de capital foi utilizada até o exercício de 2007.

### 16.3. Reserva para reinvestimento

Registra a retenção acumulada de lucros para reinvestimento; a retenção de lucros está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Caberá também à Assembleia Geral Ordinária destinar a parcela das reservas de lucros que ultrapassarem o valor do capital social.

No exercício de 2021, a Companhia constituiu reserva de reinvestimento no montante de R\$121.615.

### 16.4. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

No exercício de 2021, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$8.845.

### 16.5. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2021	2020 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido	176.899	(80.899)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído para fins de cálculo do prejuízo básico e diluído por ação	<u>220.361.969</u>	<u>167.537.898</u>
Resultado básico por ação ordinária - R\$	<u>0,8028</u>	<u>(0,4829)</u>
Média ponderada das ações e opções de ações ordinárias emitidas	221.500.920	168.735.492
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	0,7986	(0,4794)

De forma a refletir o desdobramento das ações e opções ocorrido em 1º de abril de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.1, ajustamos o denominador do cálculo do resultado por ação do exercício de 2020 para refletir o efeito do desdobramento das ações.

### 16.6. Dividendos mínimos propostos

Conforme Estatuto Social, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido, deduzido de eventuais prejuízos acumulados, ajustado pelas reservas legal, de incentivo fiscal e de contingências, caso haja.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido	176.899	(80.899)
Reserva legal	(8.845)	-
Reserva de incentivo fiscal	(5.797)	-
Base para cálculo	162.257	-
Percentual	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	40.564	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		12.896
Dividendos mínimos obrigatórios cancelados		(12.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		40.564
Saldo em 31 de dezembro de 2021		40.566

#### 16.7. Pagamentos baseados em ações

##### a) Ações diferidas

No dia 25 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a concessão de benefício extraordinário aos participantes do Programa de Incentivo Consolidado, em virtude da conclusão da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, no montante total de R\$16.395, dos quais: (a) 25% (vinte e cinco por cento) foram pagos em dinheiro em julho de 2021, e (b) 75% (setenta e cinco por cento) remanescentes serão pagos em ações ou dinheiro, a critério da Companhia, com base no valor de R\$14,75 (quatorze reais e setenta e cinco centavos), conversíveis em ações de emissão da Companhia em 3 (três) lotes iguais, respectivamente em 12 (doze), 24 (vinte e quatro) e 36 (trinta e seis) meses, contados da data da reunião.

Na supracitada reunião também ficou definida a concessão de benefício anual aos participantes do Programa de Incentivo Consolidado, em referência ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista o atingimento das respectivas Metas Anuais. O benefício anual foi concedido na forma de entrega de Ações Diferidas que serão entregues no final de três anos. Os pagamentos serão, a critério da Companhia, feitos em ações ou em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2021 os seguintes contratos de pagamentos baseados em ações vigoravam:

Série de ações	Quantidade	Data de outorga	Data de validade	Valor justo na data de outorga R\$	"Vesting" reconhecido
Benefício extraordinário - 2ª parcela	201.462	25/06/2021	25/06/2022	19,59	1.888
Benefício extraordinário - 3ª parcela	201.462	25/06/2021	25/06/2023	19,59	901
Benefício extraordinário - 4ª parcela	201.462	25/06/2021	25/06/2024	19,59	572
Benefício metas anuais - 2020	231.488	25/06/2021	25/06/2024	19,59	657
Total	<u>835.874</u>				<u>4.018</u>

Em consonância com o CPC 10 (R1) a Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas do benefício extraordinário e do Plano de Ações diferidas em contrapartida de reservas de capital. Adicionalmente, os encargos trabalhistas são reconhecidos como provisão no passivo da Companhia.

Para ambos os planos, o valor justo corresponde ao preço de fechamento da ação na data de outorga, 25 de junho de 2021.

b) Compra adicional de ações e programa de “matching”

Ainda de acordo com a Reunião do Conselho de administração, ocorrida no dia 25 de junho de 2021, também em observância ao atingimento das respectivas Metas Anuais, os participantes do programa incentivado tiveram direito a compra adicional de ações que foram complementadas, em igual quantidade à compra, pela Companhia (“matching”). As ações compradas pelos executivos e as ações do “matching” foram entregues em julho de 2021. Mesmo em posse dos executivos, essas ações possuem restrição de transferência (“lock up”) durante três anos. A Companhia registrou o montante de R\$1.725, líquido de encargos, referente ao “matching” como despesa do exercício.

c) Opções de ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e de 2016, a Companhia concedeu a colaboradores que ocupam posições estratégicas um plano de remuneração baseado em opções de ações. Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária da Companhia no momento do exercício da opção. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções possuem um período de carência para exercício, sendo que a carência de um terço das opções vence a cada ano após a data da outorga. Passado o período de carência, as opções podem ser exercidas a qualquer momento até a data em que expiram.

Os seguintes contratos de opções de ações vigoraram durante o exercício de 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

<u>Série de Opções</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Data de outorga</u>	<u>Data de validade</u>	<u>Preço de exercício R\$</u>	<u>Valor justo na data da outorga R\$</u>
Emitida em 10 de outubro de 2013	188.054	10/10/2013	09/10/2023	20,73	15,84
Emitida em 20 de agosto de 2014	215.743	20/08/2014	19/08/2024	21,41	16,99
Emitida em 13 de maio de 2016	195.000	13/05/2016	12/05/2026	14,81	11,93

Em 1º abril de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia efetuarão determinadas deliberações, dentre as quais destacamos que os números de ações referentes às opções de compra de ações de emissão da Companhia, já outorgadas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e ainda não exercidas até esta data, serão ajustados proporcionalmente, de modo a refletir o desdobramento das ações de emissão da Companhia ora aprovado.

No dia 25 de junho de 2021, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a dispensa das restrições de transferências de ações (“Lock-up”) atualmente em vigor sobre ações de emissão da Companhia existentes nesta data, subscritas e/ou adquiridas por beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações que não sejam diretores estatutários da Companhia.

Não há saldo restante do valor justo estimado a ser reconhecido no resultado nos próximos exercícios, uma vez que os períodos de carência expiraram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram exercidas 140.000 ações referentes às opções emitidas em 13 de maio de 2016, 31.588 ações referentes às opções emitidas em 10 de outubro de 2013 e 22.000 ações referentes às opções emitidas em 20 de agosto de 2014, todas após o desdobramento. A Companhia recebeu R\$1.600 referente ao exercício dessas opções.

#### 16.8. Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Potiguar reconheceu a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos, líquido de impostos, que são designados e qualificados como “hedge” de fluxo de caixa no montante de R\$385.361 (R\$82.062, em 31 de dezembro de 2020).

### 17. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Saldos</u>				
Outras contas a receber:				
Recôncavo E&P	386	256	-	-
Perbras	5	-	5	-
Potiguar (e)	6.534	2.847	-	-
<b>Total</b>	<b>6.925</b>	<b>3.103</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
Dividendos a receber:				
Dividendos Recôncavo E&P	1.020	304	-	-
Dividendos Miranga	1.651	-	-	-
<b>Total de dividendos a receber</b>	<b>2.671</b>	<b>304</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Partes relacionadas:				
Mútuos - Potiguar E&P (d)	-	15.983	-	-
Outros Créditos - Potiguar (e)	-	4.477	-	-
<b>Total partes relacionadas</b>	<b>-</b>	<b>20.460</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Fornecedores</u>				
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda.	47	527	308	1.126
Recôncavo E&P	1.588	-	-	-
Recôncavo America (a)	14.566	15.229	-	-
Potiguar	5.318	205	-	-
PetroSantander USA	-	252	-	252
<b>Total</b>	<b>21.519</b>	<b>16.213</b>	<b>308</b>	<b>1.378</b>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Transações</u>				
Receitas:				
PEBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (b).	-	6	-	6
Recôncavo E&P (e)	2.577	825	-	-
Potiguar (e)	22.317	-	-	-
Miranga (e)	983	-	-	-
Custo com serviços/materiais:				
Recôncavo America LLC (f)	-	(6.256)	-	-
Recôncavo E&P	(303)	-	-	-
PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfurações Ltda. (b)	(3.460)	(3.648)	(7.428)	(6.043)
PetroSantander				
Management Inc. (c)	-	-	-	-
PetroSantander Holdings GMBH (g)	-	(261)	-	(261)
PetroSantander Colômbia (g)	-	(441)	-	(441)
Potiguar (e)	(10.072)	-	-	-
Rateios (g)	7.361	1.141	-	-
Despesas Gerais e Administrativas:				
PetroSantander Holdings GMBH (c)	(80)	(297)	(139)	(297)
PetroSantander Management Inc. (c)	(2.293)	(573)	(2.293)	(573)
<b>Total</b>	<b>17.029</b>	<b>(9.504)</b>	<b>(9.860)</b>	<b>(7.609)</b>

- (a) Refere-se ao valor que a PetroRecôncavo deve a Recôncavo America devido à aquisição dos equipamentos que aconteceu em dezembro de 2020. Esta operação foi realizada através do REPETRO SPED, que é um regime aduaneiro e tributário especial relativo ao setor de Óleo e Gás, que possibilita a produção, aquisição e/ou importação permanente ou temporária de bens utilizados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural com desoneração total ou parcial da cadeia.
- (b) A Companhia e suas controladas Recôncavo e Potiguar possuem transações com a acionista PERBRAS - Empresa Brasileira de Perfuração Ltda., a qual realiza serviços com sondas de produção terrestres e outros serviços diversos de suporte à produção, suportado por contrato de prestação de serviço na modalidade de preços unitários, atualizados anualmente pelo IGP-M.
- (c) A Companhia possui transações com a PetroSantander Management Inc., a PetroSantander Colômbia e a PetroSantander Holdings GMBH que prestam assistência técnica e consultoria especializada na modalidade de “homem hora” relativa à exploração e produção de poços de petróleo, cujo contrato de prestação de serviço não prevê encargos financeiros.
- (d) Referem-se a contratos de mútuo com a controlada Potiguar para capital de giro, sobre os quais incidem juros correspondentes a taxa SELIC. No exercício de 2021, a Companhia integralizou esses montantes como capital social de sua investida.
- (e) Referem-se a venda de materiais e prestação de serviços efetuadas entre as empresas do Grupo.
- (f) Trata-se de arrendamentos operacionais de sondas e outros equipamentos. Esses arrendamentos estiveram vigentes durante todo o exercício de 2020, uma vez que a venda das sondas e equipamentos foi realizada apenas em dezembro, conforme descrito na nota (a).

- (g) Rateios de despesas administrativas corporativas para controladas. Não há incidência de juros sobre esses valores.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios de curto prazo - Diretoria (a)	4.336	3.532	4.362	3.557
Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração (a)	2.462	360	2.462	360
Outros benefícios (b)	253	163	253	163
Participação nos lucros	3.141	1.894	3.141	1.894
Bônus por desempenho (c)	2.868	1.510	2.868	2.373
Pagamento baseado em ações (d)	5.502	3.776	5.502	3.776
<b>Total</b>	<b>18.562</b>	<b>11.235</b>	<b>18.588</b>	<b>12.123</b>

- (a) Refere-se ao pró-labore dos diretores e dos conselheiros da Companhia.
- (b) Refere-se às contribuições feitas pela Companhia em plano de previdência privada.
- (c) Conforme descrito na nota explicativa nº 15 g), no dia 25 de junho de 2021 foi aprovado, em Reunião do Conselho de Administração, bônus extraordinário, relacionado ao sucesso da oferta pública inicial de ações da Companhia.
- (d) Referem-se a pagamentos e a “vesting” dos programas descritos na nota explicativa nº 16.7.

A remuneração da Diretoria é determinada pelo Conselho de Administração considerando o desempenho da Companhia e dos profissionais, além das tendências de mercado. A remuneração do Conselho de Administração é determinada pelos acionistas e é composta apenas por uma parcela fixa. A remuneração máxima definida para o exercício de 2021 pelos acionistas em assembleia geral ordinária foi de R\$23.000. Em 24 de fevereiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram pela retificação do valor da remuneração global paga aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia em 2020 para R\$11.235, ante o valor de R\$10.000 que constou na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de junho de 2020.

**18. DIREITOS E COMPROMISSOS COM A ANP - AGÊNCIA DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS**

O Grupo é concessionário de 59 campos de petróleo subdivididos entre o Polo Remanso, Polo Potiguar e Polo Miranga, além de possuir direito a blocos exploratórios no Polo Potiguar, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Pelos termos dos contratos de concessão mencionados, em caso de descoberta e comprovação de jazida comercialmente explorável, a Companhia tem garantidos os direitos de desenvolver e produzir, por um período de 27 anos, petróleo e gás natural nos campos comerciais que venham a ser delimitados dentro dos limites desses blocos. Não existem restrições de preço para a comercialização dos produtos oriundos da exploração dessas áreas.

As seguintes participações governamentais e de terceiros deverão ser pagas pela Companhia em decorrência da retenção e das atividades nesses campos:

Participações	Detalhes
“Royalties”	No percentual de 7,8% até 10% aplicado sobre a produção bruta de petróleo e/ou gás natural, a partir da data de início da produção comercial da Área de Concessão (2021, R\$103.980; 2020, R\$46.866).
Participação especial	No montante definido no Decreto das Participações 2.705/98 e Portaria da ANP 10/99.
Pagamento pela ocupação ou retenção da Área de Concessão	Para cada campo existe um valor em R\$ por quilômetro quadrado, que varia de acordo com o contrato de concessão de cada campo e com o estágio de operação de cada campo, que podem ser: (i) fase de exploração; (ii) fase de desenvolvimento; e (iii) fase de produção. Todos os campos estão na fase de produção.
Pagamento aos proprietários de terra	Equivalente a 1% (um por cento) da produção de petróleo e gás natural, de acordo com a legislação brasileira aplicável (2021, R\$9.421; 2019, R\$4,224).

No dia 10 de dezembro de 2021, a ANP, aprovou em Reunião de Diretoria Colegiada nº 074/2021 a redução da alíquota de “royalties” das concessões da Potiguar E&P S.A. (“Potiguar E&P”) para 7,5%. A redução da alíquota terá efeito sobre a produção do mês subsequente à assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão da Potiguar E&P.

## 19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

### Prática contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e outras deduções similares, conforme demonstrado abaixo.

Prestação de serviços:

- Os honorários de exploração de óleo e gás são reconhecidos quando o volume dos produtos é transferido para o cliente, mediante aprovação da medição.

## Vendas de produtos:

- A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta:				
Receita de prestação de serviços	355.435	239.289	353.937	239.289
Receita de produto vendido	215	-	1.109.774	479.630
Instrumentos financeiros derivativos	-	43.025	(126.780)	196.994
<b>Total</b>	<b>355.650</b>	<b>282.314</b>	<b>1.336.931</b>	<b>915.913</b>
Impostos sobre prestação de serviços e venda de produtos:				
PIS	(2.624)	(1.628)	(20.468)	(9.543)
COFINS	(12.109)	(7.509)	(94.299)	(43.973)
ISS	(13.293)	(8.886)	(13.293)	(8.886)
ICMS	(209)	-	(168.267)	(65.670)
<b>Total</b>	<b>(28.235)</b>	<b>(18.023)</b>	<b>(296.327)</b>	<b>(128.072)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>327.415</b>	<b>264.291</b>	<b>1.040.604</b>	<b>787.841</b>

As receitas operacionais brutas estão diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo “Brent”, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos e ao preço de venda do gás natural, “commodity” de uso industrial pela Petrobras para a distribuidora do Estado da Bahia.

## 20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(83.918)	(53.061)	(128.268)	(82.137)
Serviços	(21.539)	(29.212)	(42.859)	(38.297)
Consultoria, auditoria e honorários	(15.905)	(7.936)	(18.926)	(12.592)
Materiais	(40.725)	(28.014)	(74.956)	(55.355)
Aluguéis	(12.289)	(3.255)	(25.091)	(9.723)
Eletricidade	(36.169)	(29.690)	(56.868)	(45.832)
Depleção, depreciação e amortização	(69.768)	(77.015)	(231.930)	(218.548)
Depreciação de direito de uso	(7.441)	(11.280)	(18.270)	(24.037)
Provisão para abandono de poço	-	1.408	2.176	1.975
Gastos com Consórcios	-	-	(16.255)	(24.442)
“Royalties”	(1.407)	-	(103.980)	(46.866)
Pagamento baseado em ações e custos associados	(14.080)	(7.503)	(14.452)	(7.503)
Resultado de participações societárias	111.758	(78.500)	-	-
Licenciamento ambiental	(3)	-	(13.207)	(9.795)
Outras	3.209	288	(13.112)	17.131
<b>Total</b>	<b>(188.277)</b>	<b>(323.770)</b>	<b>(755.998)</b>	<b>(556.021)</b>
Custo dos Serviços prestados e dos produtos vendidos	(241.040)	(214.636)	(667.850)	(510.600)
Gerais e administrativas	(50.136)	(37.428)	(62.844)	(47.486)
Outras receitas, líquidas	(8.859)	6.794	(25.304)	2.065
Resultado de participações societárias	111.758	(78.500)	-	-
<b>Total</b>	<b>(188.277)</b>	<b>(323.770)</b>	<b>(755.998)</b>	<b>(556.021)</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras:				
Juros líquidos	21.083	230	31.243	3.574
Juros de contrato de mútuo	97	41	-	-
Outras	86	-	109	-
Variações cambiais:				
Variação Cambial Ativa	959	2.764	20.461	3.951
Variação positiva fundo cambial	51.376	-	52.995	-
Variação cambial positiva sobre financiamento	2.703	-	2.703	-
<b>Total</b>	<b>76.304</b>	<b>3.035</b>	<b>107.511</b>	<b>7.525</b>
Despesas financeiras:				
Juros sobre abandono de poços	(1.340)	-	(6.563)	(5.480)
Imposto de renda sobre transações estrangeiras	(1.472)	-	(11.740)	(12.155)
Amortização do custo de captação	-	-	(12.893)	(16.848)
Juros com empréstimos	(2.341)	(301)	(57.312)	(72.881)
Juros com arrendamento mercantil	(776)	(2.124)	(2.088)	(4.079)
Outras	(1.446)	(3.080)	(3.351)	(6.639)
Variação cambiais:				
Variação cambial passiva	(998)	(7.853)	(2.035)	(1.534)
Variação negativa fundo cambial	-	-	-	(4.560)
Variação cambial sobre financiamento	-	-	(62.518)	(232.806)
<b>Total</b>	<b>(8.373)</b>	<b>(13.358)</b>	<b>(158.500)</b>	<b>(356.982)</b>
<b>Total</b>	<b>67.931</b>	<b>(10.323)</b>	<b>(50.989)</b>	<b>(349.457)</b>

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 22.1. Gestão de risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que suas operações e as de suas controladas possam continuar com suas atividades normais. A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas do seu segmento operacional. Historicamente a Companhia financiou suas operações com capital próprio, e possuía baixo endividamento com terceiros, não vinculados à Companhia. Em 2021 a Companhia abriu seu capital para captação de recursos. Os instrumentos de dívida atualmente em vigor referem-se a um leasing financeiro, um financiamento direcionado à inovação com a Finep e empréstimos bancários na controlada Potiguar.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da mesma (que inclui capital, reservas, reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 16) e endividamentos bancários e com a Finep.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração avalia as eventuais necessidades (ou não) de financiamentos para as suas atividades e programas de investimento, bem como o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

## 22.2. Categoria de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	172.288	11.663	217.159	30.861
Aplicações financeiras	3	531.863	9.993	655.644	135.011
Contas a receber de clientes	4	34.398	52.578	169.847	108.733
Partes relacionadas	17	-	20.460	-	-
Dividendos a receber	7	4.015	304	-	-
Depósitos judiciais		2.445	2.237	2.519	2.311
Valor justo por meio dos resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	14	-	-	-	137.082
<u>Passivos financeiros</u>					
Custo amortizado:					
Fornecedores	9	58.200	49.022	98.188	80.089
Empréstimos e financiamentos	10	1.511	2.734	741.291	894.040
Dividendos a pagar	16	40.566	2	40.566	2
Valores a pagar por aquisições	12	27.903	-	808.706	-
Valor justo por meio do resultado:					
Valores a pagar por aquisições (ii)	12	-	-	474.343	-
Valor justo por meio dos resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	14	-	-	464.684	17.886

- (i) Nível 1 - Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.
- (ii) Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

### 22.3. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não opera instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos, todos derivativos contratados têm como objetivo mitigar os riscos oriundos das exposições da Companhia em suas atividades.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

#### Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

#### Caixa e equivalentes

Os depósitos bancários e investimentos são efetuados em instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Administração. Estas operações são realizadas com os Bancos do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Opportunity, Banco Santander S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco XP e Banco Bradesco S.A.

#### Contas a receber

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

A partir de 2022, a Companhia e suas controladas Recôncavo E&P S.A., Potiguar E&P S.A. e SPE Miranga serão capazes de agregar novos players a sua base de clientes. O Novo Mercado do Gás possibilitará o acesso de produtores a Unidades de Tratamento de Gás (UPGNs) e, conseqüentemente, a possibilidade da venda do gás natural e seus derivados a um pool mais amplo de empresas.

Para a venda de petróleo, a Companhia continua vinculada exclusivamente à Petrobras S.A.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia tem risco baixo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com moderada participação de capital de terceiros. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acredita que se encontrava com liquidez satisfatória, mesmo apresentado capital circulante líquido consolidado negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$211.723 (2020, R\$31.577). A Administração julga que a Companhia não tem risco significativo de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de EBITDA, considerando que essa geração de caixa é suficiente para pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e para cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos e dos instrumentos financeiros, por vencimento, é apresentado a seguir:

<u>Vencimento</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	328.824	334.442	160.740	-	824.006
Instrumentos financeiros derivativos	231.407	179.547	54.997	-	465.951
Valores a pagar por aquisições	113.284	269.050	382.900	169.926	935.161

(a) Fluxo projetado considerando a taxa referencial do contrato futura de acordo com os contratos futuros negociados na B3.

#### Risco de mercado

##### *Risco de taxa de câmbio*

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 97% (2020, 96%) das receitas operacionais brutas da Companhia e de suas controladas estavam vinculadas à taxa de câmbio do dólar norte-americano no momento do faturamento, dado que se referiam à venda de óleo que está atrelada ao preço do “Brent”, que por sua vez é cotado em dólares norte-americanos. Já a maior parte dos custos da Companhia estava denominada em reais. Além disso, a controlada da Companhia localizada nos Estados Unidos da América, Recôncavo America LLC, possui alguns ativos financeiros em dólar norte-americano (depósitos bancários e aplicações financeiras), os quais são convertidos para reais na data do balanço. A Controlada Potiguar adquiriu em 25 de abril de 2019, empréstimo em dólares norte-americanos com o objetivo de financiar parte do pagamento decorrente da aquisição dos 34 campos produtores de petróleo e gás natural, cuja transação foi finalizada em 9 de dezembro de 2019. O financiamento foi adquirido com as instituições financeiras Itaú BBA, Morgan Stanley e Deutsche Bank. O total contratado foi de US\$232.000, com taxa de juros de 6,3% acima da LIBOR para 3 meses, sendo que o valor desembolsado foi de US\$195.428.

Em dezembro de 2021, a empresa passou a registrar no seu balanço parcelas diferidas/contingentes de aquisições de ativos cujo valor está atrelado ao dólar. Na Controladora, foram reconhecidos US\$5.000 que serão pagos em dezembro de 2022, enquanto na Potiguar E&P e na SPE Miranga foram reconhecidos, respectivamente, US\$56.232 e US\$165.100.

Atualmente a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio. Entretanto, a Companhia mantém aplicações financeiras em fundos cambiais para reduzir sua exposição a passivos em dólar.

#### Análise de sensibilidade - moeda estrangeira

Em 31/12/2021 - Saldos	Controladora					
	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	Baixa do US\$	5,5943	521.524	522.815	392.111	261.407
Valores a pagar de aquisições	Baixa do US\$	5,5943	27.903	27.972	20.979	13.986
Efeito no resultado				(1.222)	(122.489)	(246.199)
Em 31/12/2021 - Saldos	Consolidado					
	Risco	Taxa (a)	Exposição em moeda estrangeira - R\$	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	Alta do US\$	5,5943	573.155	574.573	718.216	861.860
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	5,5943	762.081	763.965	954.956	1.145.947
Valores a pagar de aquisições	Alta do US\$	5,5943	1.263.049	1.266.173	1.582.716	1.899.260
Efeito no resultado				(3.590)	(367.481)	(731.372)

- (a) A taxa de conversão (R\$5,5943 para US\$1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável, foram obtidas no Banco Central do Brasil e corresponde à taxa do contrato futuro de dólar para dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a taxa era de R\$5,5805.
- (b) O cenário A considera uma desvalorização do Dólar norte-americano em 25% sobre o real e o cenário B uma desvalorização de 50% sobre o dólar efetivo de 31 de dezembro de 2021.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus ativos (aplicações) ou passivos (empréstimos) no mercado.

Na ponta ativa, a Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, vinculadas à variação do CDI.

No lado do passivo, os juros são reconhecidos a um spread de 6,3% mais LIBOR para 3 meses.

Risco dos preços das “commodities”

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, 97% das receitas operacionais brutas da Companhia estavam diretamente vinculadas ao preço do petróleo tipo “Brent”, cujas cotações são negociadas livremente nos mercados externos (2020, 96%).

Vale ressaltar que, dentro desse percentual, também se encontram contratos de venda de gás natural, conforme destacado na sensibilidade abaixo.

Durante o ano de 2021, como forma de se proteger das volatilidades do mercado de petróleo, a Companhia realizou diversos contratos de “hedge”, tendo protegido, durante esse período, um volume de quase 2.051 mil barris (62% da produção líquida de petróleo do ano) (2020, 1.839 mil barris, 62% da produção líquida de petróleo do ano) a um preço médio de US\$58,60/bbl (2020, US\$63,29/bbl).

Análise de sensibilidade - preços das “commodities”

	Risco redução do preço do:	Preço (a)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
Receita operacional bruta - Óleo	“Brent”	477,95	1.743.474	1.000.176	629.912
Receita operacional bruta - Gás	Gás natural	387,05	66.464	39.819	26.546
Instrumentos financeiros - “hedge”			(326.578)	60.156	252.801
Total			<u>1.483.360</u>	<u>1.100.150</u>	<u>909.259</u>
Provável efeito no resultado			193.509	(189.701)	(380.592)

- (a) Os preços das “commodities” utilizados na tabela de sensibilidade como cenário provável, em dólar norte-americano, foram obtidos na agência de precificação de “commodities” S&P Global Platts e na ICE e convertidas em real pela média do ano de 2021.
- (b) Os cenários A e B consideram uma desvalorização do indexador em 25% e 50% respectivamente sobre o preço médio do “Brent” de 2021.

A política da Companhia e suas controladas é a de contratar contratos a termo de “commodity” para gerir o risco de preço das “commodities” associado às transações futuras de até 36 meses. No exercício corrente, a controlada Potiguar designou determinados contratos a termo de “commodity” como “hedge” de fluxo de caixa de vendas com alta probabilidade. Uma vez que os termos críticos (isto é, quantidade, vencimento e fator subjacente) dos contratos a termo de “commodity” e seus correspondentes itens objetos de “hedge” são os mesmos, a Companhia conduz uma avaliação qualitativa da efetividade e espera-se que o valor justo dos contratos a termo de “commodity” e o valor dos correspondentes itens objeto de “hedge” mudem sistematicamente na direção oposta em resposta às movimentações no preço da “commodity” subjacente.

A tabela a seguir descreve os contratos a termo de “commodity” em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como as informações relacionadas aos seus correspondentes itens objeto de “hedge”. Os contratos a termo de “commodity” estão apresentados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no balanço patrimonial (para maiores informações, ver nota explicativa nº 15):

“hedges” de fluxo de caixa

Instrumentos de “hedge” - contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício 31/12/2021	Quantidade 31/12/2021	Valor justo dos instrumentos de “hedge” 31/12/2021
	US\$/barril	Em barris	R\$ mil
Menos de 3 meses	56,61	510.520	(61.145)
De 3 a 6 meses	55,56	482.680	(55.997)
De 6 a 12 meses	53,71	1.004.217	(113.983)
De 1 a 2 anos	52,66	1.796.100	(178.883)
De 2 a 3 anos	58,18	1.012.250	(54.676)
Total		4.805.767	(464.684)

Instrumentos de “hedge” - contratos em aberto	Consolidado		
	Preço médio do exercício 31/12/2020	Quantidade 31/12/2020	Valor justo dos instrumentos de “hedge” 31/12/2020
	US\$/barril	Em barris	R\$ mil
Menos de 3 meses	59,31	497.600	22.304
De 3 a 6 meses	58,86	504.240	17.300
De 6 a 12 meses	58,03	1.069.910	40.902
De 1 a 2 anos	54,66	1.943.477	48.998
De 2 a 3 anos	47,62	1.075.100	(10.308)
Total		5.090.327	119.196

### 23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerente às suas operações. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, ambientais, responsabilidade civil e outros.

Modalidades	Moeda	Valor Em Risco		Valor Máximo Indenizável	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Riscos ambientais	US\$	6.050	12.100	6.050	12.100
Danos materiais	US\$	59.943	160.470	25.100	50.200
Responsabilidade civil	US\$	3.000	6.000	3.000	6.000
D&O Empresarial	R\$	80.000	80.000	80.000	80.000

(\*) Conforme apólices de seguros.

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Grupo desenvolve atividades única e exclusivamente de extração de Petróleo e Gás Natural (E&P), seja na prestação de serviços, seja na venda de produtos, que representa 100% da receita líquida da Companhia.

As informações reportadas à Administração da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho são revistos mensalmente através dos relatórios gerenciais de resultado que apresentam as despesas por centro de custo. A Administração da Companhia avalia investimentos, gastos, produção, outros indicadores operacionais e toma suas decisões com base nas informações consolidadas de todas as empresas do grupo.

## 25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adições de novos contratos de arrendamentos	6.626	22.026	11.679	34.024
Conversão de contratos de mútuo em AFAC em controladas	29.150	-	-	-
Dividendos cancelados	-	12.894	304	-
Dividendos a receber não pagos	2.671	-	-	-
Dividendos propostos não pagos	40.564	-	-	-
Adições de imobilizado:				
Pela constituição de provisão para abandono de poços	23.666	-	45.435	6.624
Com valores a pagar de aquisições	27.903	-	1.318.431	-
Com liquidação de contas a receber	9.947	-	9.947	-
<b>Total</b>	<b>140.527</b>	<b>34.920</b>	<b>1.385.796</b>	<b>40.648</b>

## 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Contratos de venda e contrato de "swap" de gás - Bahia.

A PetroRecôncavo e a sua subsidiária, SPE Miranga S.A., iniciaram no dia 1º de janeiro de 2022, o fornecimento de gás natural para a Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás proveniente dos campos dos Polos Miranga e Remanso que compõem o Ativo Bahia.

O Contrato prevê a entrega de um volume inicial de 400.000 m<sup>3</sup>/dia de gás natural e um incremento da quantidade diária contratada para suportar a curva de produção prevista para os ativos. O contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá no prazo de 5 (cinco) anos contado a partir da data de início de fornecimento.

Ativo Potiguar

A subsidiária Potiguar E&P iniciou em janeiro de 2022, o contrato de compra e venda para suprimento de gás natural para Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS. O contrato tem duração de dois anos e prevê a entrega de 80 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural a partir de janeiro de 2022 e 100 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural a partir de janeiro de 2023.

A subsidiária Potiguar E&P iniciou em janeiro de 2022 o fornecimento de gás, em consonância com o contrato de compra e venda para suprimento de gás natural, para a Companhia Potiguar de Gás, Potigás. O contrato prevê a entrega de 236 mil m<sup>3</sup>/dia de gás natural a partir de 1º de janeiro de 2022, com duração de dois anos.

Empréstimos e financiamentos

A controlada Potiguar E&P obteve das instituições financeiras credoras do contrato de financiamento “waiver” para não celebrar contratos adicionais de “hedge” de petróleo para o período que começa em 1º de janeiro de 2022 e termina em 30 de junho de 2022.

Prorrogação do contrato de concessão e redução da alíquota de royalties para produção incremental do Campo Pajeú

Em 19 de abril de 2022, a controlada Potiguar E&P celebrou com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) dois aditivos ao Contrato de Concessão n.º 48000.003813/97-01 (Campo de Pajeú) que preveem:

## (i) A prorrogação da Fase de Produção até 31/12/2035:

A extensão da fase de produção segue a diretriz da Resolução nº 2/2016 do CNPE, que autorizou a ANP a prorrogar os contratos de concessão firmados na Rodada Zero. Originalmente esses contratos terminariam em 2025. Além dos pagamentos previstos para a Petrobras, conforme divulgados na nota explicativa nº 10, não houve custo adicional para renovação da concessão.

## (ii) A redução da alíquota de royalties a ser aplicada sobre a produção incremental:

A redução da alíquota dos royalties terá como base apenas a produção incremental decorrente da implementação dos projetos de desenvolvimento aprovados em Plano de Desenvolvimento (PD). Para os níveis de produção até a curva de referência serão mantidas as alíquotas de royalties até então praticadas.

Polo Bahia Terra – Selected Biding Offeror

A Petrobras informou, em relação ao processo de desinvestimento do Polo Bahia Terra, que a Companhia é a “Selected Binding Offeror”. Em seguida, será iniciada a fase de negociação dos termos e condições para a potencial aquisição da totalidade das participações da Petrobras em um conjunto de concessões de campos terrestres de E&P e instalações associadas (Polo Bahia Terra), localizadas nas Bacias do Recôncavo e de Tucano, no Estado da Bahia, Brasil.

A Companhia esclarece que apresentou a oferta em conjunto com a Eneva S.A. (“Eneva”), na forma de um consórcio com participação de 60% (sessenta por cento) da PetroReconcavo e 40% (quarenta por cento) da Eneva, sendo a PetroReconcavo a operadora dos ativos.

A efetiva realização da potencial aquisição, assim como seus termos e condições e montante envolvido, estão sujeitas à aceitação da oferta pela Petrobras, à negociação e celebração do contrato de compra e venda e outros instrumentos relacionados à aquisição, às aprovações legais e regulatórias competentes, bem como a satisfação de determinadas condições precedentes típicas de operações dessa natureza, em especial, a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, dentre outros fatores.

---